Compreender as Forças Armadas
Para entender movimentações de militares

O Mistério da Camioneta Fantasma
Uma peça de teatro em A Barraca

referencial

Boletim da Associação 25 de Abril ■ Director: Pedro Pezarat Correia ■ N.º 80 ■ Julho – Setembro 2005

Espaço de Liberdade e de Cidadania a A25A teria que se envolver nos problemas dos militares

Movimentações de militares preocupam a A25A

A ASSOCIAÇÃO 25 de Abril seguiu atentamente as movimentações que os militares, nomeadamente através das suas associações socioprofissionais, protagonizaram para influenciar as medidas que o governo anunciou, no âmbito de uma denominada reposição da justiça.

Se outros motivos não existissem para nos motivar, bastaria o facto de a A25A ter sido fundada por militares, de ainda hoje cerca de 50 por cento dos seus associados serem militares, de constar nos seus estatutos a finalidade de "contribuir para a caracterização do militar e das Forças Armadas numa sociedade democrática".

Outro motivo, maior sem dúvida, existe contudo que impõe à A25A uma permanente preocupação com este tipo de problemas: a Instituição Militar, sendo fundamental num Estado de Direito, é uma instituição especial que tem deveres especiais e justifica, portanto, um tratamento especial.

Um princípio nos norteia, na A25A: não existem cidadãos de segunda categoria, portanto, mesmo que a natureza da Instituição Militar e das missões que à mesma compete cumprir sejam especiais, obrigando a um estatuto onde alguns direitos individuais tenham de ser coarctados, há um ponto que não pode ser atingido, isto é, aos militares não pode ser retirado o estatuto de cidadão.

Por tudo isso, quando a discussão se centrou nos direitos dos cidadãos militares e se avançou para o impedimento do exercício de muitos desses direitos por parte dos militares, a A25A teria que se envolver na questão.

Somos um espaço de Liberdade e de Cidadania, por isso não nos alheamos desta discussão.

Consideramos que não nos devemos envolver, enquanto associação cívica e cultural, na discussão directa dos assuntos de natureza socioprofissional. Isso caberá aos diversos associados da A25A, enquanto militares ou componentes de outros grupos sociais. Foi isso que aconteceu e está acontecendo, da parte de muitos dos nossos sócios.

Como A25A, tivemos muita honra em receber e ouvir os responsáveis das associações de militares. É, para nós, gratificante que a A25A seja reconhecida como uma instituição de referência, quando estão em causa Direitos, Liberdades e Garantias. Muito especialmente, quando esse reconhecimento parte dos principais responsáveis das associações socioprofissionais dos militares.

Porque estamos fortemente preocupados com a situação criada, iremos promover um debate alargado sobre o assunto, aqui ficando, desde já, o apelo à participação de todos. ■

A Direcção

VIDA ASSOCIATIVA

Conselho da Presidência vai ser instalado

COSTUMA DIZER-SE que *vale mais tarde que nunca*. Pelo menos, quando o que se faz é positivo…

É este o caso, no que se refere ao Conselho da Presidência da A25A.

Apesar de constar dos nossos Estatutos e do Regulamento Interno, nunca se procedeu à sua instalação.

Decidiu agora a Direcção, no âmbito de uma campanha de incentivo a uma maior participação dos sócios na nossa vida associativa, dar importância primeira à instalação do Conselho da Presidência.

Sendo sua função principal, aconselhar os corpos sociais da A25A, estes esperam que um órgão onde terão assento todos os ex-membros dos corpos sociais possa ser um elemento fundamental na dinamização da nossa A25A.

Aproveitamos a oportunidade para incentivar todos os associados a uma maior participação, a todos os níveis, na nossa vida associativa. ■

PROTOCOLO ASSINADO

Professores de História cooperam com a A25A

FOI ASSINADO no passado dia 12 de Julho um protocolo de cooperação entre a A25A e a Associação dos Professores de História, tendo estado presentes os presidentes das Direcções de ambas as Associações, coronel Vasco Lourenço e Dr.ª Helena Veríssimo.

O protocolo tem como objectivo o desenvolvimento de acções conjuntas tendentes a minimizar falhas evidentes no ensino da História de Portugal, nos ensinos Básico e Secundário, no que se refere ao período da segunda metade do século XX.

O protocolo prevê ainda a possibilidade de cooperação conjunta em actividade relacionadas com o estudo e divulgação da História da Guerra Colonial, do 25 de Abril e da transição para a Democracia. ■

editorial

Vida riquíssima

O ÚLTIMO *O REFERENCIAL* remetemos para este número o destaque à figura de Emídio Guerreiro. Destaque que é um gesto de justa homenagem, mas é também uma manifestação de sentido reconhecimento. Porque, de facto, Emídio Guerreiro não foi um português qualquer, nem foi um qualquer sócio da Associação 25 de Abril, que para nós já seria muito.

Conciliando, durante toda a sua longa, agitada e riquíssima vida de 105 anos, que atravessou três séculos, o seu patriotismo exemplar assumido como causa colectiva, com a sua vocação para cidadão do mundo na luta contra todas as tiranias, distinguiu-nos e honrou-nos porque, depois da nossa fundação, fez questão de afirmar, em todas as oportunidades e de o provar por actos significativos, que o seu empenhamento enquanto cidadão se exercia privilegiadamente através da A25A, que passou a incluir como uma das referências eleitas da sua participação cívica. Quem o conheceu bem sabe que Emídio Guerreiro, uma personalidade complexa na qual se confundiam o matemático racional e o humanista emotivo, vivia o 25 de Abril com uma paixão comovente. Por isso e porque soube interpretar a A25A como legítima depositária dos valores de Abril, fez questão de incluir nas suas últimas vontades o desejo de que o seu cortejo fúnebre fizesse uma paragem nas instalações da sua sede e de lhe legar parte muito significativa do seu património material e sentimental.

É um lugar comum mas não deixa de ser justo repeti-lo, que se há uma palavra que define, política, sociológica e ideologicamente Emídio Guerreiro, essa palavra é LIBERDADE (vide o episódio exemplar contado por António Brotas). E a Liberdade é o traço de continuidade desta edição de *O Referencial*.

Nele incluímos algumas colaborações sobre Vasco Gonçalves, outro Homem livre e que por um conceito de liberdade plena, mais preocupado com a dos outros do que com a sua própria, se bateu consequentemente. São textos que nos chegaram já depois de estar encerrado o número anterior, em que Vasco Gonçalves era tema central. Mas, pela sua importância, não podiam ficar ignorados e Vasco Gonçalves justifica sempre um espaço nas nossas páginas.

Pela liberdade se bateram também os jovens marinheiros que acabaram, tragicamente, por ser protagonistas da abertura do sinistro Campo do Tarrafal e que, com outros companheiros de cativeiro, foram objecto da homenagem do Presidente da República em data que já excede o período temporal deste número e, por isso, trataremos mais desenvolvidamente no próximo, mas que, mesmo assim, merece aqui uma breve referência.

Por último, é a liberdade que atravessa o conteúdo das peças assinadas pelo nosso associado e dirigente Hélder Costa. Obviamente dedicadas ao teatro, uma delas conta-nos o que foi a árdua resistência dos emigrantes portugueses em França nas décadas de 60 e 70 e a criativa tenacidade com que alguns procuravam alargar a consciencialização política através da dinamização cultural, contornando carências, superando inércias, enfrentando riscos, porque o braço da repressão se estendia além-fronteiras. A outra, resumo de um guião teatral, mostra-nos como também alguns aproveitamentos perversos da própria liberdade acabam por sacrificar aqueles que mais generosamente se bateram por ela mas que, por lutas intestinas, tantas vezes inconsequentes, abriram as brechas por onde se infiltraram os seus inimigos.

Uma lição de sempre, sistematicamente esquecida e que nunca é de mais relembrar. ■

O Referencial

Propriedade: Associação 25 de Abril
Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração n.º 104/2002, DR, II Série, n.º 91 de 18 de Abril)

Presidente da Direcção:
Vasco Lourenço

Director:
Pedro Pezarat Correia

Editor:
José António Santos

Fotografia:
Fernando Farinha (editor)
Agência Lusa

Colaboradores:
Artur Custódio da Silva,
David Martelo, Fernando da Vaza Pinheiro, João Magalhães,
José Barbosa Pereira, José Fontão,
Luís Galvão (Bridge),
Luís Vicente da Silva (cartoon),
Manuel Loff, Maria Manuela Cruzeiro, Nuno Fisher Lopes Pires,
Nuno Santa Clara Gomes

Sede nacional, Administração e Redacção
Associação 25 de Abril
Rua da Misericórdia, 95
1200-271 Lisboa
Telf.: 21 324 14 20
Fax: 21 324 14 29
E-mail: a25a.sec@25abril.org
www.25abril.org

Delegação Norte
Escadas do Barredo, 120 R/C Esq.º
4050-092 Porto
Telf./Fax: 22 203 11 97
E-mail: a25a.del-norte@25abril.org

Delegação Centro
Apartado 3041
3000 Coimbra
E-mail: a25a.del-centro@25abril.org

Delegação do Alentejo
Bairro da Esperança, Edifício 2,
Bloco 3 - loja, r/c
7560-145 Grândola
E-mail: a25a.del-alentejo@25abril.org

Delegação do Canadá
153 Hamilton St
Toronto-Ontario M4M 2C9

Execução Gráfica
Narcisio Correia Artes Gráficas, Lda.
Rua Ferreira Chaves, 2-A e 12-A
1070-127 Lisboa
Telf.: 21 388 26 29
Fax: 21 383 26 78

Tiragem: 4000 Exemplares

Distribuição gratuita

Depósito legal n.º 32 998/89

Diante da Assembleia da República as mulheres dos militares deram voz ao protesto de quem tendo deveres especiais reclama direitos especiais

Compreender as Forças Armadas

VASCO LOURENÇO

COMO TEMIA, os militares vieram para a rua e fizeram um *corte de estrada*.

Cortar estradas não é próprio de militares, não fica bem!...

Recuso-me, no entanto, a *discutir as consequências, sem discutir as causas*.

Porquê esta introdução, quando me proponho analisar os acontecimentos que levaram grande parte da *população*, porque *mal informada*, a criticar a atitude dos militares que se manifestaram, na rua ou em espaços fechados, para lutarem pelo seu estatuto da condição militar? Atitudes que caíram igualmente mal entre alguns militares que, acima de tudo, põem a referida condição militar para, afirmarem que "Está bem, temos razão, mas... nada há que justifique algumas atitudes..."

Quantas vezes alertei vários responsáveis governamentais, a começar por Fernando Nogueira e a terminar em membros do governo de António Guterres e de José Sócrates, nomeadamente os ministros da Defesa Nacional, sobre o caminho que estavam a seguir e as consequências que, forçosamente, iriam provocar?! Ao próprio António Guterres afirmei, por mais do que uma vez, que "vocês só reagem a *cortes de estrada*! Como os militares não fazem *cortes de estrada*, vocês continuam a ignorá-los, a marginalizá-los, a maltratá-los, a espezinhá-los, etc., etc. Estão a criar-lhes uma situação de menoridade, estão a tratá-los como coisas descartáveis, estão a pôr em causa a sua condição de militares, onde o respectivo estatuto continua a ter todos os deveres e se vê despojado dos mais elementares direitos... enfim, qualquer dia, os militares *fazem um corte de estrada* e, nessa altura, aqui d'el-rei, que isso não é próprio de militares!..."

As Forças Armadas, tal como as conheci, quando ingressei no serviço militar, são incompatíveis com esse tipo de organizações [associações profissionais e sindicatos]. É um facto. Mas também é um facto que, desde esse tempo até hoje, houve enormes evoluções – nem sempre no bom sentido, como se sabe – e, nesse campo, as concepções alteraram-se bastante, em muitos países europeus

Pois é, os militares fizeram um *corte de estrada*, tal como alertei atempadamente, e as reacções foram precisamente as que então previ.

Devem ou não devem os militares ter associações profissionais e, em último grau, sindicatos?

As Forças Armadas, tal como as conheci, quando ingressei no serviço militar, são incompatíveis com esse tipo de organizações. É um facto. Mas também é um facto que, desde esse tempo até hoje, houve enormes evoluções – nem sempre no bom sentido, como se sabe – e, nesse campo, as concepções alteraram-se bastante, em muitos países europeus.

Tal como noutros campos, considero que também aqui não podemos agarrar-nos ao status, num conservadorismo de todo em todo incompreensível e inaceitável. E não será pelo facto de as leis da República Portuguesa, como lembrava há dias o próprio Presidente da República, não permitirem a existência de sindicatos ou associações sindicais militares que devemos agarrar-nos a essa posição.

Se as leis o não permitem, mas as condições o exigem, então, alterem-se as leis!

Isto, para além de os militares não aceitarem que apenas lhes esgrimam com o cumprimento das leis, quando estas lhes são desfavoráveis. Atente-se no facto de existirem leis, incluindo uma *aprovada por unanimidade* na Assembleia da República, que vários governos não têm cumprido. O que provocou, até, a entrega de uma petição na referida AR,

O chefe do sindicato dos militares é, em cada escalão, o respectivo comandante!
É a ele que, nos vários escalões da relação hierárquica, compete defender os interesses dos militares sob o seu comando

assinada por mais de 5500 militares, onde se pedia apenas o cumprimento das leis em vigor, sem que a mesma tivesse provocado quaisquer resultados.

Ora, quando isto acontece, não é legítimo, não existe autoridade moral para se acusarem os militares de, porventura, estarem a infringir as leis…

A discussão, na minha humilde opinião, não se pode confinar à interpretação das leis existentes. Tem de passar, acima de tudo, pela dissecação da natureza das Forças Armadas, nas suas várias vertentes e características. Onde assumem lugar importante, a relação hierárquica, essência da natureza das mesmas, bem como a relação destas com a tutela ministerial.

Desde os meus tempos de alferes, me lembro de afirmar, sempre, aos homens que comandei que "o vosso advogado sou eu. Não têm ninguém que defenda mais e melhor os vossos interesses do que eu." Sempre me dei bem com esta atitude, que usava para com os que comandava e exigia de quem me co-

DN - Rodrigo Cabrita

Uma onda de protesto e indignação encheu a descer a Calçada do Combro

Deveres e direitos especiais

mandava. Infelizmente, nem sempre consegui este segundo desiderato, o que provocava, inevitavelmente, enormes problemas com quem me comandava.

É também por isso que, como evoco várias vezes, *nunca, ou quase nunca, tive problemas com os que comandei, mas muitas vezes tive problemas com quem me comandou!*

Traduzindo isto em termos sindicais, sempre afirmei e ouvi afirmar que *o chefe do sindicato dos militares é, em cada escalão, o respectivo comandante!* É a ele que, nos vários escalões da relação hierárquica, compete defender os interesses dos militares sob o seu comando.

Muito naturalmente, no último elo da cadeia de comando – se considerarmos a relação do comandante-chefe com a tutela ministerial, pois é mais lógico dar-lhe este entendimento do que admitir-se a existência de uma submissão, hipótese que os militares rejeitam substituir à de subordinação – caberá expressamente ao chefe do Estado Maior General das Forças Armadas o papel de *sindicalista-mor* dos militares. Foi assim que sempre o entendi, foi por isso que sempre pugnei, até ao dia em que surpreso e estupefacto, assisti às declarações públicas do CEMGFA, proferidas nas cerimónias comemorativas do Dia das Forças Armadas, o que só agravou a questão, de que "eu não sou o chefe do sindicato dos militares, não tenho nada que pressionar o Governo sobre assuntos dessa natureza. Os militares que defendam os seus interesses sociopofissionais".

Estas palavras do general Soares Carneiro, proferidas algures nos anos 80, como não podia deixar de ser, levaram muitos militares à posição "se assim é, temos de nos organizar, fora da hierarquia militar, para defender os nossos interesses!"

Atitude que é reforçada pelas medidas que Fernando Nogueira levou a cabo e estão mesmo na origem da enorme degradação da condição militar a que, entretanto, se chegou.

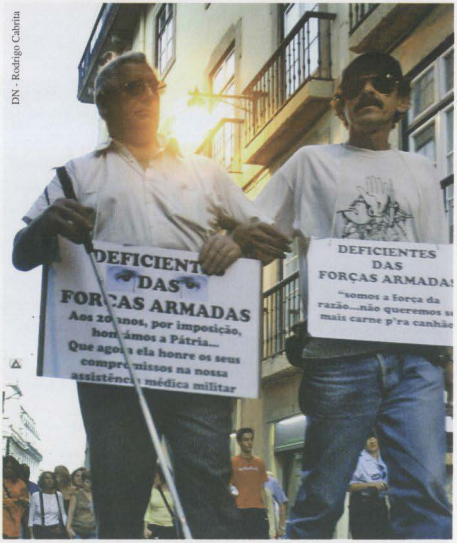
Não irei pormenorizar todo o processo que já vinha em marcha e se acentuou, na criação das associações socioprofissionais. Apenas recordarei que foram precisamente as forças políticas, onde o partido que ocupa neste momento o governo não teve papel secundário, que incentivaram e deram guarida às associações, contra a opinião da generalidade dos máximos chefes militares que, normalmente, só têm sabido chefiar com base nas estrelas, não procurando um comando natural e aceite da parte dos seus subordinados. Basta lembrar que, ao contrário dos chefes de Estado Maior, que sempre se recusaram a receber as associações – não percebendo que em vez de as predefinirem como *inimigos, subversivos ou malfeitores*, deviam tentar utilizá-las como um óptimo instrumento de comando –, os governos, normalmente através dos ministros e secretários de Estado da Defesa Nacional, e a Assembleia da República, através da Comissão Parlamentar de Defesa, sempre as receberam e ouviram, com o que, aliás, exasperavam os referidos CEM's.

É, portanto e no mínimo, estranho que, de repente, as associações não pudessem ter uma palavra sobre as alterações que se anunciaram – claramente, de forma menos hábil – para o seu estatuto sociopofissional, porque isso foi considerado assunto a tratar com as chefias.

Ora, o passado, para além do que atrás referi, havia-nos mostrado o seguinte: a demissão dos chefes militares, em autêntica atitude de inaceitável submissão perante o poder político, dera origem a uma enorme perda da condição social dos militares, com inequívoca e profunda degradação do estatuto da sua condição militar. A ausência de *cortes de estrada* convencera os diversos governos de que podiam continuar essa degradação, porque os militares, imbuídos do espírito de servir, continuariam a aguentar, em nome do interesse nacional e da coesão das Forças Armadas.

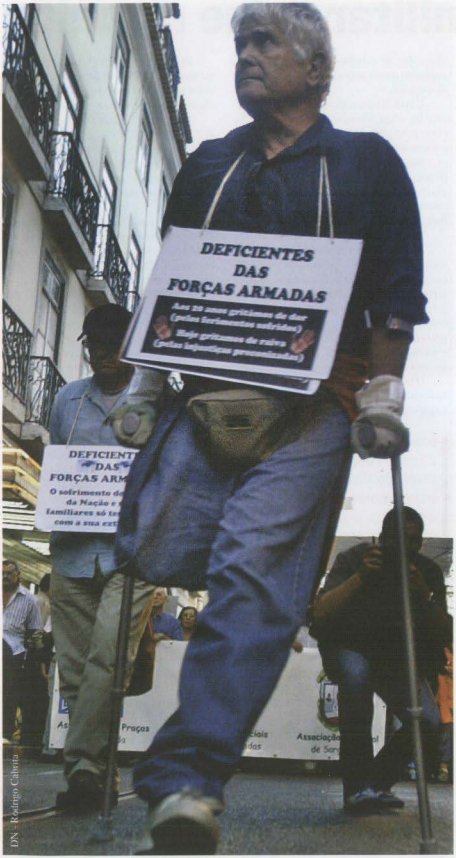
Nem nas duas ocasiões em que chefes militares – no caso os, então, CEME, general Loureiro dos Santos e general Silva Viegas – assumiram a atitude máxima que, em democracia lhes é permitido, isto é, apresentaram a sua demissão do cargo, nem nessas ocasiões conseguiram abrir os olhos ao poder político.

Faça-se, aqui, um parêntesis – que não é tão insignificante como possa parecer – para lamentar o porquê da não obtenção de resultados, apesar da atitude drástica dos CEM's: a incapacidade do Exército, sem dúvida o ramo das Forças Armadas com mais poder, de actuar como um bloco. Em vez de alinhar, atrás do seu chefe, que sacrificava a sua posição e o seu futuro, permitiu que tudo ficasse na mesma. Isto, porque apareceram de ime-



DN - Rodrigo Cabrita

Deficientes das Forças Armadas presentes na solidariedade



DN - Rodrigo Cabrita

Podem orgulhar-se [as Forças Armadas] de, mesmo quando tiveram poder, não se terem aproveitado dele em benefício próprio. Como seria extraordinário se, neste campo, o seu exemplo frutificasse no poder político...! E, em vez de grupos de interesses, talvez tivéssemos partidos políticos...

diato generais que aceitaram a cadeira vazia. O que, se penaliza, em certa medida, os generais demissionários, por terem demorado demasiado tempo a assumir-se como verdadeiros comandantes, demonstra, acima de tudo, a natureza das Forças Armadas e nomeadamente dos seus oficiais generais, natureza essa resultante, em parte, da acção dos mesmos.

Como consequência disso e da natureza dos titulares da pasta da Defesa Nacional, onde se chegou ao cúmulo de colocar um demagogo compulsivo, que desqualificou o lugar de forma nunca antes imaginável e cuja acção se fará sentir negativamente ainda por muitos anos, os militares continuaram a ver o seu estatuto cada vez mais abalado, cada vez mais menorizado.

Salientemos que o estatuto de qualquer grupo social assume sempre um carácter relativo, pois esse grupo está inserido na sociedade, não vive isolado, é permanentemente comparado com outros grupos sociais. E, porque no âmbito que estamos analisando, os outros grupos, por mais especiais que sejam e deveres que tenham, não deixaram de usar todas as armas de contestação que as leis, legítima ou ilegitimamente, lhes permitem, o resultado foi, inevitavelmente, um: criou-se um fosso enorme entre o estatuto social dos militares e o dos grupos que os mesmos tinham como referência. Basta analisar os quadros comparativos, da evolução dos respectivos estatutos sociais, aliás, nunca elaborados de forma exaustiva, mas apenas com base nos vencimentos, pois as regalias desses grupos continuam a ser autêntico segredo de Estado.

Foi neste contexto, com uma enorme desconfiança dos militares para com os seus chefes máximos, com uma ainda maior desconfiança dos militares para com o poder político, que surgiu a declaração deste, sobre a necessidade de tomar medidas de reposição da justiça relativa, entre os vários grupos socioprofissionais dos servidores do Estado.

Se juntarmos às referidas desconfianças existentes a forma pouco hábil como o assunto foi divulgado publicamente, compreendemos melhor a natureza da reacção dos militares.

As associações socioprofissionais reagiram. Essa reacção terá atingido patamares incomuns e indesejáveis, porque pouco próprios dos militares e da sua instituição.

Todavia, é de salientar a sua enorme preocupação em não ultrapassar os limites da lei, em não entrar em radicalismos, o que impediu que *o corte de estrada tivesse interrompido o trânsito...*

No entanto, face ao passado, uma questão se apresenta pertinente: não terá sido essa reacção que obrigou o poder político a moderar as medidas que inicialmente anunciou ir assumir?

Condição militar exige respeito

Não terá sido essa reacção que levou o mesmo poder político a, finalmente, parecer compreender e aceitar que as Forças Armadas, porque especiais e únicas, terão de ter um tratamento único? A compreender, finalmente, como afirmou Margareth Tatcher, que grupos diferentes têm de ter tratamento diferente?

A qualquer grupo especial, como o constituído pelos militares, não podem ser exigidos deveres especiais, sem lhes garantir direitos também especiais. Uns e outros terão de estar permanentemente interligados, ainda mais numa sociedade cada vez mais individualista e egoísta. Tudo isso acentuado, quando se profissionalizaram, por completo, as Forças Armadas.

O mínimo que alguém, a quem se pede disponibilidade permanente para servir os outros, mesmo que com sacrifício da própria vida, exige dos que lhe pedem isso é que o *respeitem*!

Poderíamos analisar, aqui, a razão de ser da existência ou não de Forças Armadas. Essa é outra questão. No entanto, a partir do momento em que o poder político considera indiscutível esse ponto, porque considera essa existência fundamental para a própria existência do Estado, este tem de suportar os custos da existência das Forças Armadas. Com todas as suas consequências.

As Forças Armadas portuguesas demonstraram ao longo da sua existência e, nomeadamente nos últimos 32 anos, que têm sentido de Estado.

Podem orgulhar-se de, através de um grupo gerado no seu seio, terem sido fundadoras do Estado de Direito Democrático, em vigor no nosso país.

Podem orgulhar-se de, apesar da necessidade de lutas internas, terem sido o garante da consolidação desse mesmo Estado de Direito.

Podem orgulhar-se de, nestes quase 30 anos de vigência da nossa Constituição democrática, terem sabido integrar-se e subordinar-se ao poder democrático. Nunca rejeitando sacrifícios, nunca deixando de cumprir as suas missões, prestigiando permanentemente Portugal.

Podem orgulhar-se de, mesmo quando tiveram poder, não se terem aproveitado dele em benefício próprio. Como seria extraordinário se, neste campo, o seu exemplo frutificasse no poder político…! E, em vez de grupos de interesses, talvez tivéssemos partidos políticos…

Podem orgulhar-se de não terem aproveitado o poder, para tentarem perpetuar-se nesse mesmo poder.

Não serão, portanto, os militares a atentar contra o poder democrático.

Estou certo que os militares saberão, mais uma vez, cumprir o seu dever de cidadãos. Mas, de cidadãos de corpo inteiro, não aceitando que os tentem tratar como cidadãos de segunda…

É bom ter presente que, quando um militar faz o seu *juramento de bandeira*, o faz *como português*, isto é, como cidadão, e não como militar…

São eles militares, de uma forma geral, os principais interessados na coesão das Forças Armadas, porque sentem que só assim poderão cumprir as missões patrióticas que lhes competem.

Não nos confundamos, contudo!

Não são os militares, ou as suas associações socioprofissionais – organismos legais e institucionalizados, com poderes específicos de representação dos militares, que não podem ser ignorados ou menosprezados, ao sabor das conveniências ou do humor dos responsáveis políticos ou militares – que atentam contra essa coesão e disciplina, quando assumem atitudes que a eles próprios lhes não agradam.

O facto é que, se as associações socioprofissionais dos militares não podem arvorar-se ao papel de representação das Forças Armadas – isso compete aos respectivos CEM's –, a sua representatividade legal, no campo das matérias socioprofissionais não pode ser posta em causa, de forma alguma.

O mínimo que alguém, a quem se pede disponibilidade permanente para servir os outros, mesmo que com sacrifício da própria vida, exige dos que lhe pedem isso é que o respeitem!

São os responsáveis pela criação das condições que a isso os forçaram que devem assumir a responsabilidade de atentado contra a disciplina e a coesão das Forças Armadas.

Apesar de desligado das Forças Armadas, há bastantes anos, não deixei de manter com as mesmas algumas relações, que me permitem fazer uma ideia da actual situação.

Há muito tempo que sou crítico de muitas medidas que vêm sendo tomadas e que destruíram, em grande medida, o tipo de Forças Armadas que preconizo. A degradação da relação entre os vários escalões, onde o comando deve ser exercido de forma natural e aceite é, talvez, o maior dos problemas que se colocam hoje, numas Forças Armadas onde o individualismo e a "ganância" da carreira ocuparam o lugar privilegiado da solidariedade, do companheirismo, enfim, da camaradagem militar.

Por isso, por todo o passado recente, fico muito preocupado quando vejo o poder político a agarrar-se em exclusivo às chefias, que ele próprio nomeia de forma arbitrária.

Não pretendo insinuar qualquer hipótese de situações semelhantes às que irei recordar. Muito menos, pretendo deixar no ar qualquer ameaça. Afirmo, apenas que as Forças Armadas constituem uma instituição especial, com características próprias, que importa compreender.

Uma semana antes do 5 de Outubro de 1910, os generais estiveram com o Rei português, no Buçaco, a quem afirmaram fidelidade. Poucos dias depois, a demissão foi quase total.

Em Setembro de 1973, em S. Bento, pedi pessoalmente ao assessor militar de Marcelo Caetano que lhe comunicasse que, naquele momento, devia optar entre os jovens militares, que ainda o procuravam para lhe transmitir os seus problemas e as suas preocupações, e os velhos generais, que já se representavam apenas a eles próprios. Acrescentando que, caso optasse pela segunda hipótese, se deveria preparar, pois nós não desistiríamos, iríamos até ao fim e iríamos ganhar. Marcelo Caetano não compreendeu e, alguns meses depois, a 14 de Março de 1974, promoveu o célebre beija-mão da "brigada do reumático", ficando satisfeito com a declaração de lealdade que os generais lhe manifestaram. Quarenta dias depois, no 25 de Abril, estes primaram pela ausência e foram muito poucos os que tentaram defendê-lo.

Não afirmo que hoje os generais já só se representam a eles próprios. Penso, no entanto, que corremos esse risco, se continuarmos a assistir a algumas atitudes de demissão, de corte na cadeia de informação e auscultação interna, essencial nas Forças Armadas, e de sobranceria do poder político.

Gostaria de afirmar, por fim, que me anima uma vontade de cooperar e não um desejo de qualquer protagonismo assente numa crítica destrutiva. Assim o entendam todos, nomeadamente os principais responsáveis, políticos e militares.

Isto, porque continuo a querer contribuir para consolidar o regime de Abril e, recusando, total e frontalmente, qualquer hipótese da repetição do que aconteceu em 28 de Maio de 1926, onde os militares derrubaram um regime legitimado democraticamente, não gostaria de assistir a qualquer desabafo semelhante aos de Teixeira de Sousa e de Marcelo Caetano (situação que, segundo Pezarat Correia "aproxima" os acontecimentos do 5 de Outubro e do 25 de Abril), que se repetiram, ao afirmarem que "o regime caiu, porque não teve quem o defendesse". ■

De alferes a ministro

LUÍS FRAGA

DESDE QUE CAIU a ditadura, em 25 de Abril de 1974, caiu, também, sobre o Ministério da Defesa Nacional uma espécie de anátema que levou ao afastamento sucessivo de ser um militar a sobraçar aquela pasta.

Se durante o Estado Novo os ministérios militares quase estiveram reservados a oficiais de carreira e poucos foram os civis a gerir assuntos castrenses, a «vingança», nos trinta e um anos de democracia foi bem pior, pois nunca nenhum militar se sentou no conselho de ministros como gestor desses mesmos assuntos. E, contudo, foram vários os militares que passaram à situação de reserva para fazerem carreira como políticos! É extraordinário como os aparelhos partidários nunca conseguiram eleger um profissional militar — admito até, um sargento saído para concorrer a uma junta de freguesia! — reunindo condições mínimas para o cargo de ministro da Defesa Nacional. Já elegeram indivíduos que nem prestaram serviço nas fileiras, mas, ao menos um ex-cabo readmitido, um antigo soldado da Guarda Nacional Republicana (profissional, por conseguinte), isso nunca!

Não tendo havido um antigo militar de profissão ministro da Defesa Nacional, já os houve antigos alferes (ou a tal equivalentes) milicianos. Daqueles que, quase sempre, quiseram fugir à obrigação de cidadania, quando, no passado, havia serviço militar obrigatório. Foram (são) homens que tiveram da vida militar uma visão naturalmente distorcida, adorando-a, odiando-a ou simplesmente sendo-lhe indiferente do ponto de vista afectivo. Todavia, isso não invalida, que a percepção que têm da organização militar seja sempre distorcida. Hão-de olhar para o conjunto, tomando-o pela parte que experenciaram, tal como o turista que viajou de automóvel por algumas más estradas de um país e conclui que todas as restantes rodovias se lhe assemelham. Para ele, poder-lhe-ão contar maravilhas dessa terra, no entanto, a memória guardada é a dos solavancos e do guinchar das molas do seu veículo. Nada mais lhe fará grande sentido dessa fugaz passagem por aqueles sítios onde não chegou a viver. Até poderá ver muitos filmes sobre a terra e os seus costumes, ler muitos livros, conversar com especialistas, mas *o buraco onde quase se lhe partia o automóvel*, esse jamais será esquecido e o seu entendimento do país continuará a ser ditado pelo *ranger das molas e as pancadas dos amortecedores*. É assim, porque é humano! E tem sido assim que os ministros da Defesa Nacional, em democracia, têm *visto* as Forças Armadas... A sua experiência pessoal como alferes miliciano tem-lhes ditado entendimentos de uma organização da qual nem imaginam a verdadeira complexidade! Não imaginam, dado terem-na percepcionado *de baixo para cima e como simples «vítimas»*.

Argumentarão alguns que os vários ministros da Defesa Nacional têm tido assessores militares. Retorquirei: a influência exercida junto do ministro será, dentro dos padrões normais de comportamento, condicionada pela sua isenção intelectual, pela experiência pessoal, pelos conhecimentos teórico-práticos das situações estudadas, pelas sua naturais opções políticas, pelos seus dotes persuasivos, pelo desejo de «sobrevivência» laboral (ou seja, manutenção no cargo) e, por fim, pelas ambições pessoais. Claro que os ministros têm, também, tido assessores civis que, a meu ver, estarão, na perspectiva profissional, em desvantagem perante os militares, pois à lista anterior dever-se-á retirar o segundo e terceiro itens, acrescentado um outro que poderemos designar por «total confiança e subordinação política ao ministro» isto porque, enquanto o militar tem sempre assegurada a sua «retaguarda» profissional, o civil perde-a quando deixar de ser um atento servidor do detentor da pasta!

Assim, e em conclusão, um ministro da Defesa Nacional é, no máximo, um antigo *alferes miliciano* estribado na experiência, ambição e honestidade dos assessores militares e na lealdade, ambição, honestidade e inexperiência dos assessores civis. Deste modo se explica, em boa parte, o soberano desinteresse a que tem estado votada a instituição militar, desde 1982. Desinteresse e quase ostracismo durante os Governos onde preponderam os ministros socialistas por serem, e demonstrarem ser, os mais antimilitares de todos.

Ora, em jeito de remate, atendendo ao que deixei dito quanto à gestão do Ministério da Defesa Nacional, se tivermos em conta o facto de a última palavra pertencer sempre ao ministro, e enquanto os políticos recearem a entrega da pasta a um militar na situação de reserva ou de reforma, podemos não ficar tranquilos quanto ao futuro da instituição castrense, porque não existe nenhum elo de confiança entre o decisor máximo e as vítimas ou beneficiários da decisão. Isto leva-nos, a nós militares, a ter de pensar seriamente na honestidade intrínseca dos Governos havidos desde a extinção do Conselho da Revolução, porque temos sido geridos, no máximo, por *alferes* com poderes de ministro... E, o mais perigoso, é que os ministros têm tido consciência dessa inversão disfuncional que os não tranquiliza e, ao invés, oferece-lhes um capital de insegurança só compensável pelo exagero de poder com que se rodeiam., impondo uma quase submissão dos chefes militares à sua ignorante sobranceria. E verdade se diga, salvo raras e honrosas excepções — como foi bem recentemente a do chefe do Estado-Maior da Força Aérea — as chefias têm aceite pacificamente o comando político de *alferes milicianos arvorados em responsáveis máximos pela Defesa Nacional*. Um escândalo que sai fora da nossa tradição republicana e, até, monárquica. ■

IN MEMORIAM VASCO GONÇALVES

Genuíno combatente por uma democracia avançada e social

Vasco Gonçalves – a História não o esquecerá

MÁRIO RUIVO

SENTI PROFUNDAMENTE a morte do general Vasco Gonçalves com o qual, no decurso dos últimos anos e no âmbito de relações familiares, vinha mantendo um contacto mais próximo que me permitiu melhor conhecer a pessoa e a sua maneira de ser e de estar. Embora, por espírito de solidariedade e discrição, diria talvez mesmo de cumplicidade, não me sinta inclinado a revelar publicamente os meus sentimentos sobre os meus amigos, entendi que neste caso deveria aceitar o convite que me foi dirigido para recordar no boletim da Associação 25 de Abril a figura de Vasco Gonçalves.

Ao ler as notícias e artigos publicados nos meios de comunicação em Junho último, vi ressurgir a dialéctica entre, por um lado, os que compreenderam e valorizaram a acção que Vasco Gonçalves desenvolveu no quadro do MFA, da Revolução de Abril, como primeiro-ministro e cidadão militante por uma sociedade mais justa e igualitária e, por outro lado, os que se lhe opuseram em nome de um "realismo político" que tinha por detrás o clima da guerra fria – nalguns casos numa aliança espúria com agentes de interesses externos e com aqueles que receavam perder os seus privilégios. Ressuscitaram-se velhos slogans e leituras acríticas do chamado Verão quente a par de uma visão mais equilibrada dos acontecimentos pondo em evidência a necessidade de aprofundar o conhecimento daquele período.

Os meus primeiros contactos com Vasco Gonçalves aconteceram pouco depois do 25 de Abril. Tendo sido convidado a ocupar-me do sector das pescas e dos assuntos do mar por intermédio de Vasco Vieira de Almeida, quando da formação do 1º governo provisório (GP), vim a assumir formalmente as funções de secretário de Estado das Pescas nos 2.º, 3.º e 4.º GPs. Não tive, nessa época, oportunidade de colaborar directamente com o então primeiro-ministro Vasco Gonçalves a não ser em circunstâncias pontuais, particularmente em relação com a reforma institucional e a modernização daquele sector na altura ainda relevante para a economia nacional com vista a adaptá-lo ao novo regime do oceano em negociação na Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, iniciada em 1974 em Caracas. Seria apenas no quadro do 5.º GP que viria a manter com o primeiro-ministro Vasco Gonçalves e com o Presidente da República Costa Gomes contactos regulares sobre aspectos da política externa portuguesa. Guardo desses momentos uma memória viva e gratificante. Neste como noutros domínios, o espírito que animou o 5º GP foi e continua sistematicamente a ser deturpado e as suas iniciativas silenciadas, reflectindo a polarização que caracterizou esses tempos conturbados.

Recordo com emoção o primeiro Conselho de Ministros desse governo – de cuja anunciada brevidade tínhamos plena consciência – marcado pela vontade de Vasco Gonçalves de consolidar e dar continuidade aos princípios fundadores do MFA (Democratizar, Desenvolver e Descolonizar) e aos objectivos fundamentais do 25 de Abril. A brochura "Política Externa do V Governo Provisório", publicada em Novembro de 1975[1], oferece-nos um panorama documentado dos objectivos e da prática de aspectos pouco conhecidos dessa política, nomeadamente, a preocupação de defesa da independência nacional, de valorização do sistema das Nações Unidas como mecanismo central para o desenvolvimento da cooperação internacional e defesa da paz, assim como enquadramento apropriado para o processo de descolonização. Recorde-se o quadro com o qual Portugal se encontrava com infiltrações militares pelas forças armadas da África do Sul racista e o apoio, se não mesmo o incentivo, por parte dos EUA com a conivência da Austrália à invasão de Timor-Leste pela Indonésia.

Lembro os frequentes encontros com o Presidente da República Costa Gomes e com o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, em que este, com a seriedade, rigor e profundo sentido do dever que sempre caracterizou a sua acção, procurava obter informação sólida e plural sobre os assuntos em agenda, apreender os contextos e esclarecer dúvidas que melhor permitissem ao Governo avaliar e decidir em consciência.

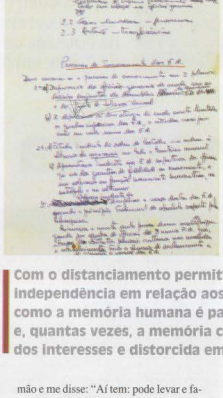
Tive, nos últimos anos, oportunidade de conversar com Vasco Gonçalves numa atmosfera mais tranquila e informal, sobre o 25 de Abril, a evolução política, económica e social em Portugal e no mundo. Impressionou-me sempre a sua curiosidade, interesse em documentar-se para desenvolver as suas próprias posições, mantendo-se coerente com os princípios que defendeu na Revolução de Abril, por cujos objectivos se bateu até ao fim, sem esmorecimento. Era tocante o seu apego firme aos valores da igualdade e da fraternidade entre as pessoas e entre os povos; à luta pela construção de uma sociedade em quem, a par de uma democracia avançada, fossem assegurados efectivamente os direitos económicos e sociais, pondo termo à exploração do homem pelo homem, como frequentemente afirmava. A sua capacidade de relacionamento e solidariedade humana com os mais pobres e desprotegidos, publicamente patente nos tempos da revolução, foi um aspecto marcante da personalidade de Vasco Gonçalves, manifestando-se nos seus contactos com os muitos que o procuravam e que sempre acolheu com a generosidade e afectuosidade que o distinguiam. A forma calorosa e emocionada como era saudado nos desfiles do 25 de Abril e do 1.º de Maio era uma demonstração da profunda ligação que manteve até final com o povo.

Ao ler alguns comentários de analistas políticos, na altura do desaparecimento de Vasco Gonçalves, saltaram-me aos olhos as referências a que seria a história a avaliar a sua acção política. Acrescento, não só de Vasco Gonçalves, do MFA e dos que com eles se bateram por uma nova sociedade em Portugal, mas igualmente dos que procuraram desviar o processo iniciado pelo 25 de Abril dos seus objectivos de justiça e mudança social. Estou convicto de que num tal balanço, no contexto de uma futura sociedade renovada, motivada pelo bem público e orientada pelo sentimento de justiça e equidade, Vasco Gonçalves ocupará o lugar que lhe cabe como um político genuinamente motivado por ideais e valores ao serviço da causa pública e de uma via socialista avançada. ■

---

[1] *Política Externa do V Governo Provisório, Lisboa: Serviços Sociais da C.G.D., Novembro de 1975 (introdução e compilação de documentos por Manuel Braga da Cruz).*

Direito à memória



António

Este documento é muito valioso e único para a história da revolução.

É o borrão do processo de saneamento nos 3 ramos das Forças Armadas escrito pelo punho do general Vasco Gonçalves.

Eu cunto veio parar às minhas mãos:

Logo a seguir ao 25 de Abril fui escolhido pelos meus colegas para liderar uma comissão dos 3 ramos das FFAA no sector saúde.

Dirigi-me à Cova da Moura + ou – às 23 horas;

Os chefes da revolução estavam reunidos numa sala... e, é claro, de lá não saíam.

O movimento era incrivelmente febril. Disse a um secretário ao que vinha e daí a pouco saiu o general Vasco Gonçalves que me entregou o papel que levava na mão e me disse: "Aí tem: pode levar e fazer o que aí está."

Fausto de Morais.»

NR – O autor ofereceu ao Centro de Documentação da A25A os documentos originais aqui reproduzidos

LUÍS SEQUEIRA

TRÊS DÉCADAS após o 25 de Abril, por mero acaso, foi-me entregue um manuscrito do general Vasco Gonçalves, documento cujo interesse histórico, de imediato, considerei merecedor de encaminhamento para os arquivos da revolução através da Associação 25 de Abril.

Pelo gesto de quem desejou preservar a verdade dos factos fazendo-me portador deste documento, e por respeito à memória dos que desinteressada e generosamente serviram o país, aqui faço acompanhar essa entrega de umas breves considerações.

O brigadeiro médico Fausto de Morais, a quem o próprio general Vasco Gonçalves entregou o documento, achou por bem passá-lo à geração seguinte através do seu filho António que, por sua vez, mo entregou em mão acompanhado da explicação escrita que seu pai lhe confiara e que, com a devida autorização, se reproduz:

«António

Este documento é muito valioso e único para a história da revolução.

É o borrão do processo de saneamento nos 3 ramos das Forças Armadas escrito pelo punho do general Vasco Gonçalves.

Eu conto como veio parar às minhas mãos:

Logo a seguir ao 25 de Abril fui escolhido pelos meus colegas para liderar uma comissão dos 3 ramos das FFAA no sector saúde.

Dirigi-me à Cova da Moura + ou – às 23 horas;

Os chefes da revolução estavam reunidos numa sala... e, é claro, de lá não saíam.

O movimento era incrivelmente febril. Disse a um secretário ao que vinha e daí a pouco saiu o general Vasco Gonçalves que me entregou o papel que levava na mão e me disse: "Aí tem: pode levar e fazer o que aí está."

Fausto de Morais.»

Tratava-se então das instruções para o «processo de saneamento das Forças Armadas», sendo interessante ler o seu conteúdo:

«Processo de saneamento das Forças Armadas – deve encarar-se o processo de saneamento em 3 planos:

1.a. depuração dos oficiais-generais de acordo com as decisões conjuntas da assembleia plenária do Movimento e da Junta de Salvação Nacional.

1.b. a depuração só deve atingir de modo muito limitado os quadros superiores das f.a, a estudar caso por caso em cada ramo das FA

2.a. estudo imediato da ordem de batalha em ordem à obtenção da segurança em todo o território nacional.

2.b. apresentação imediata nos E.M. respectivos dos oficiais que não dão garantias de fidelidade ao Movimento, e sua colocação em funções meramente burocráticas, na Metrópole ou no Ultramar.

3. Reforço da disciplina e coesão dentro das FA, segundo o princípio tradicional de absoluto respeito pelas hierarquias.

Animação a muito curto prazo duma acção de propaganda por equipas de oficiais dos 3 ramos FA que, através de contactos pessoais contínuos nas unidades e estabelecimentos terão a função de esclarecimento e de aumentar a coesão das FA.»

Com o distanciamento permitido pelo tempo e pela independência em relação aos factos, é hoje possível concluir como a memória humana é particularmente instável e, quantas vezes, a memória colectiva é afectada pelo ruído dos interesses e distorcida em função das lutas pelo poder.

Uma mudança à época tão apregoada como radical, traduz-se hoje, com uma melhor documentação dos factos, numa transição pacífica, tranquila e até moderada nas suas intenções. daí a importância dos arquivos históricos e de uma análise da memória social alicerçada em factos documentados, aprofundados de forma isenta de qualquer interesse divergente da verdade histórica e das suas reais consequências, no mínimo, preservando o elementar *direito à memória*.

Como referiu J. le Goff: «a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. devemos trabalhar de forma a que a memória colectiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.» ■

Com o distanciamento permitido pelo tempo e pela independência em relação aos factos, é hoje possível concluir como a memória humana é particularmente instável e, quantas vezes, a memória colectiva é afectada pelo ruído dos interesses e distorcida em função das lutas pelo poder

«A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. devemos trabalhar de forma a que a memória colectiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.»

Emídio Guerreiro, no dia do seu 104.º aniversário, a caminho da Pousada de Santa Marinha da Costa, em Guimarães

EMÍDIO GUERREIRO (1899-2005)

Um Homem da Liberdad

AS CINZAS de Emídio Guerreiro repousam em paz, num pequeno sarcófago ornamentado por cravos vermelhos, num jazigo do cemitério de Atouguia, em Guimarães. Ali foram depositadas, depois de terem sido acompanhadas por umas centenas de pessoas, cidadãos anónimos, políticos, amigos e familiares, desde a Sociedade Martins Sarmento e sempre ao som estridente do rufar dos Nicolinos. Foi a 3 de Julho de 2005.

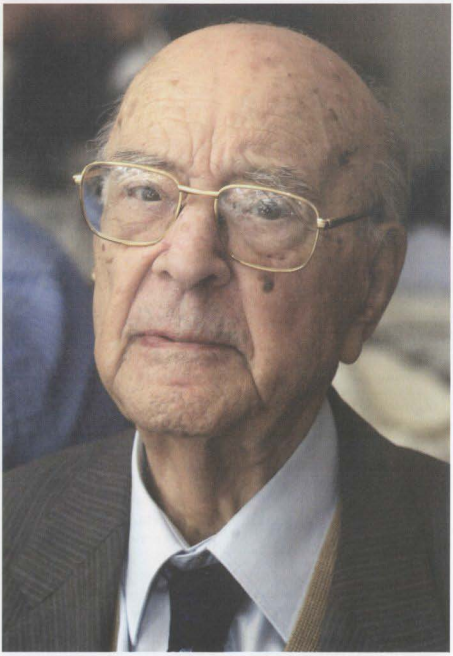
O Velho Matemático fechara os olhos para sempre, no dia 29 de Junho, no Centro de Solidariedade Humana Prof. Emídio Guerreiro, onde vivera os últimos anos da sua vida, na companhia de sua esposa, D. Alice.

Nessa altura, estávamos a fechar a última edição de *O Referencial*. E, embora ainda nela pudéssemos registar o acontecimento, infelizmente já esperado, logo a Direcção fez questão de sublinhar que, neste número, voltaríamos ao tema para se prestar a homenagem devida a Emídio Guerreiro.

No número 72 de *O Referencial* já a Associação 25 de Abril havia sublinhado, ainda em vida de Emídio Guerreiro, quanto a Democracia e a Liberdade lhe devem, com o trabalho que então publicámos, sob o título global: «O último revolucionário romântico».

Nas páginas que se seguem, sem nos repetirmos, pretende-se, sobretudo, dar voz e divulgar o testemunho de personalidades que entenderam prestar homenagem a Emídio Guerreiro. É o caso de António Reis, grão-mestre do Grande Oriente Lusitano, que recorda: «No trágico episódio do assassinato de Delgado, fora ele um dos primeiros a alertar para a sinistra possibilidade de o General ter sido vítima de uma armadilha da PIDE, depois de em vão o ter tentado dissuadir em Paris de se deslocar a Espanha ao encontro de pretensos militares portugueses da oposição.» Sobre o velho resistente, escreve, ainda, António Reis: «Evocar a memória de Emídio Guerreiro é um incentivo ao bom combate para todos aqueles que não dobram a espinha e persistem em acreditar que só vale a pena viver de pé!».

Por seu turno, António Brotas evoca recordações da Argélia e cita uma imagem que diz não esquecer: «A do Dr. Emídio Guerreiro a entrar no



Emídio Guerreiro e Fernando Vale. Finaram-se ambos em pouco tempo e a A25A perdeu os sócios de honra que lhe restavam vivos

e renasceu aos 75 anos

avião, no Aeroporto de Argel, onde tinha ido ajudar à libertação dos portugueses que tinham sido presos pelo polícia argelina, a levantar um ramo de flores que os portugueses lhe tinham oferecido. Nesse dia, houve mais portugueses no Aeroporto de Argel a despedirem-se do Dr. Guerreiro, do que argelinos a receberem o Presidente Ben Bella, que seria derrubado pouco depois.»

A. Meireles Graça dá voz ao rufo nicolino: «Nicolinos rufai! / Saiba a cidade / Que não morre quem sonha Liberdade!».

Também, na ocasião, a Assembleia da República entendeu prestar homenagem ao Prof. Emídio Guerreiro através da aprovação de um voto de pesar onde os deputados expressam «a sua profunda homenagem à memória» de «um grande português, um grande democrata e um grande combatente da Liberdade.»

Num telegrama de condolências enviado à família, o primeiro-ministro José Sócrates disse: «Foi com pesar que recebi a notícia do falecimento de Emídio Guerreiro, personalidade ilustre que marcou a vida política portuguesa do século XX e cuja vida constitui um exemplo de coragem e de dedicação à causa da democracia.»

O Presidente da República quis também curvar-se perante a memória de Emídio Guerreiro, e fê-lo deslocando-se expressamente à sede da Associação 25 de Abril nos breves momentos em que a urna ali esteve exposta. Na ocasião, Jorge Sampaio em declarações aos jornalistas, referiu-se a Emídio Guerreiro como tendo sido «um grande senhor». E, em síntese, sublinhou: «A melhor homenagem que se pode fazer é dizer que foi sempre extremamente coerente na sua luta pela democracia, pugnando por ela, fosse na guerra de Espanha, na resistência ao nazismo ou a favor da democracia em Portugal».

Nesta página publica-se parte do testamento, onde Emídio Guerreiro alinhavou as suas derradeiras disposições. Entre as instruções para o funeral, surpreende o desejo expresso: «Se alguém me quiser lembrar, o faça sempre no dia glorioso de 25 de Abril, a data que me abriu horizontes de regresso a Portugal libertado de negra ditadura.» ■

Disposições testamentárias

Disposição Testamentárias por óbito de Prof. Doutor Emídio Guerreiro

Disposições do Testador

1. TESTAMENTEIRO

1.1 – Nomeio para meu testamenteiro o senhor Alberto Abel Meireles Pinto Graça, técnico de contas, residente em Guimarães, com todos os direitos e obrigações próprios da função e nomeadamente:

1.2 – A minha representação em qualquer acto civil ou de direito;

1.3 – A escrupulosa vigilância do cumprimento das presentes disposições testamentárias.

1.4 – Por expressa declaração do testamenteiro, por mim aceite, as suas responsabilidades ficam limitadas às vontades que eu venha a transmitir-lhe e constem do presente documento ou de nota por mim assinada que dele fará parte integrante.

2. EXÉQUIAS E FUNERAL

2.1 – O funeral será rigorosamente civil, não sendo permitido qualquer acto próprio de qualquer religião.

2.2 – Só a título pessoal será permitida a presença de qualquer representante de qualquer credo religioso.

2.3 – Expressamente excluído o uso de sírios, velas, rezas, imagens ou símbolos próprios de qualquer religião.

2.4 – Não será grata, qualquer intervenção que denuncie aproveitamento político ou ultrapasse os valores da Democracia, Liberdade, Solidariedade e Dignidade Humana.

2.5 – Evitar qualquer manifestação sumptuária mas aceitando flores, especialmente cravos, de preferência vermelhos.

2.6 – Porque o corpo deve ser cremado, será rapidamente encaminhado a Lisboa e exposto nas instalações do GOL, Grande Oriente Lusitano e também na Associação 25 de Abril, na ordem e pela forma que vier a ser ajustada entre as Direcções daquelas entidades e o meu testamenteiro.

2.7 – Logo que possível será transferido ao crematório de Lisboa, para incineração.

2.8 – Mal disponíveis as cinzas serão transferidas para Guimarães, ao cuidado da Sociedade Martins Sarmento pelo tempo que esta associação cultural vimaranense, de grande prestígio internacional, ajustar com o meu testamenteiro.

2.9 – Finalmente desejo que as cinzas sejam depositadas no jazigo que a Câmara Municipal de Guimarães honrosamente me cedeu, acabando o ciclo da minha prolongada existência na linda cidade onde nasci, berço também do meu amado Portugal.

2.10 – Se alguém me quiser lembrar, o faça sempre no dia glorioso de 25 de Abril, a data que me abriu horizontes de regresso a Portugal libertado de negra ditadura.

2.11 – Deixarei um pequeno rol das pessoas a que o meu testamenteiro deve transmitir o meu muito obrigado pelas atenções que em vida me dispensaram.

2.12 – Ao meu testamenteiro peço e recomendo que transmita aos estudantes de Guimarães, aos garbosos Nicolinos, um agradecimento especial pela honra que me deram na vivência das suas Festas Nicolinas, imorredoura tradição vimaranense. ■

Emídio Guerreiro assina uma dedicatória no dia do seu 104.º aniversário

A urna de Emídio Guerreiro, no cemitério do Alto de S. João, em Lisboa, já perto do forno crematório

EMÍDIO GUERREIRO (1899-2005)

Última despedida

A VIDA LONGA de Emídio Guerreiro naturalmente suscitou com a sua morte uma longa despedida. Foram muitas as homenagens públicas e anónimas de centenas de pessoas e de várias instituições que quiseram testemunhar com um gesto simples, um aceno, ou uma palavra, quanto aquele Homem os tocou.

Exemplo do que aqui se regista são as homenagens prestadas em Guimarães, onde o seu corpo foi velado. Depois, em Lisboa, primeiro no Palácio Maçónico, a seguir na Sede da Associação 25 de Abril, por fim no Cemitério do Alto de S. João. Finalmente em Guimarães onde as suas cinzas repousam em paz.

O féretro viajou de Guimarães para Lisboa, conforme as disposições das suas últimas vontades, e o corpo de Emídio Guerreiro esteve em câmara ardente no Grémio Lusitano, sede do Grande Oriente Lusitano, onde a Maçonaria lhe prestou as honras devidas.

Na ocasião, o matemático prof. Paulo Almeida proferiu as seguintes palavras:

«Ao evocar o Professor Emídio Guerreiro todos concordam em reconhecer o carácter incansável da sua luta pela Liberdade, luta enfim coroada de êxito em certa madrugada de 25 de Abril, após o que foi sobretudo um longo rosário de derrotas, em Portugal, em Espanha e em França.

Mas donde vem e aonde leva esse fervor de Liberdade?

A Liberdade é um imperativo da Razão.

A atitude racional, pedra de toque da ciência moderna e da própria ideia democrática, exige um clima de Liberdade, permitindo o questionamento sistemático de todas as supostas verdades, pois ninguém pode nunca ter a certeza de estar certo. O pensamento livre porém só à Razão é submisso. Esta aparente contradição conhecia-a bem o Professor Emídio Guerreiro, pois como matemático que era, sabia que apesar da sujeição voluntária a regras implacavelmente rígidas é a Liberdade a essência da matemática.

Vasco Lourenço na sede da A25A não consentiu que fosse a memória do velho revolucionário romântico a homenagear o 25 de Abril. Ao contrário, foram homens do 25 de Abril que lhe agradeceram o testemunho dos seus 105 anos de vida

Mas a Liberdade é também uma condição imperativa do exercício da Vontade.

E por ser um homem livre – apesar das agruras do exílio e da prisão – pôde ser o Professor Emídio Guerreiro um homem de acção. Agiu, pensando sempre, antes; pensou, agindo sempre, depois.

Da trilogia que tanto prezava – Liberdade, Igualdade, Fraternidade — parecia-lhe ser o terceiro termo, inspirador da acção a empreender no século XXI para combater a alienação humana. Sem conformismos e sem resignação.

O Professor Emídio Guerreiro deixa reforçada a esperança dos que, sendo irmãos nos mesmos ideais, lutam pela Razão e a Vontade, fiéis aos versos de Paul Éluard, que ele tanto encarecia:

'Pelo poder de uma palavra
Recomeço a minha vida
Nasci para te conhecer
Para dizer o teu nome
Liberdade'».

Concluídas as homenagens e cerimónias maçónicas no Grémio Lusitano, o féretro foi conduzido à Sede da A25A onde foi exposto perante a presença de vários capitães de Abril, nomeadamente o presidente da nossa associação, coronel Vasco Lourenço, cerimónia em que se dignou participar o Presidente da República.

Refira-se que esta última passagem pela sede da A25A ficou a dever-se à vontade expressa de Emídio Guerreiro que, em vida, assim dispôs, não para ser ele o homenageado ou receber as honras da Associação, mas para lhe permitirem ser ele mesmo, já sem vida, a dizer um último obrigado aos Bravos de Abril que, aos 75 anos de idade o fizeram renascer e lhe deram então uma nova vida.

Cumprida esta vontade do último revolucionário romântico, o cortejo fúnebre seguiu depois para o Cemitério do Alto de S. João, onde era aguardado por uma multidão. Entre os presentes, certamente, não haveria quem não tivesse sido tocado por este Homem amante da Liberdade. ■

Nicolinos rufai!

Tu que teimavas ser eu um Poeta
Em permanente busca da Verdade
Aceita esta homenagem bem discreta
De quem soube viver tua Amizade...

Tu que não crês
— Como eu —
No céu nem no inferno!

Tu que não vês
— Como eu —
Que o Homem seja eterno!

Por força do Destino
— No Liceu —
O sestro Nicolino
Nos prendeu!...

Tua luta valeu
Homem Guerreiro
Pois de armas na mão
— Fazendo a idade —
Moldaste ao coração
A Liberdade!

Tu que viveste a luta desigual
Do Homem que se opõe à Ditadura
Mereces bem no Novo Portugal
O descanso da tua sepultura!
E na triste partida — neste dia
Dum Homem que se fez Humanidade
Um cravo mais decerto floria
Discreto nos jardins desta Cidade...

Guerreiro nicolino, mestre nosso:
O Homem que sonhaste continua
E nos versos que faço como posso
Vai livre caminhar de rua em rua...
Tu que ensinaste ao homem a Cidade
Até ao fim, ao sopro derradeiro
Continuas a ser da Liberdade
Eterno sonhador e pioneiro!

Tu que na vida foste matemático
Fazendo dela sempre bom ensino
Mereces hoje aqui, emblemático
O teu frígio barrete nicolino
Que aos escravos deu dignidade
No arrojo de vermos construída
Na luta do Trabalho, na Igualdade
A Cidade aos Homens prometida!

Tua raiz é Vimaranense
E regressaste ao ponto de partida:
A obra que deixaste nos convence
Do valor que soubeste dar à vida!
E tais marcas deixaste da passagem
Que de tristeza hoje não há sinos...
Mas tens aqui solene a Homenagem
Das caixas e dos bombos Nicolinos!

Nicolinos rufai!
Que o mundo inteiro
Chore connosco
a morte de Guerreiro!

Nicolinos rufai!
Saiba a Cidade
Que não morre quem sonha
Liberdade!

A. Meireles Graça
fecit in su *Tebaida de Creixomil*
aos 29 de Junho de 2005

Emídio Guerreiro na Pousada de Santa Marinha da Costa, em Guimarães

EMÍDIO GUERREIRO (1899-2005)

Incentivo ao bom combate

ANTÓNIO REIS

CONHECI PESSOALMENTE Emídio Guerreiro na Assembleia Constituinte em 1975. Em bancadas parlamentares diferentes, não foi isso que impediu que logo aí tivesse nascido uma simpatia mútua entre o velho combatente e o jovem deputado que eu era, depois de, como militar, ter participado no 25 de Abril. Conhecia vagamente então o seu percurso de resistente e mais vagamente ainda a sua ligação ao Grande Oriente Lusitano. Mas não esquecia que, no trágico episódio do assassinato de Delgado, fora ele um dos primeiros a alertar para a sinistra possibilidade de o General ter sido vítima de uma armadilha da PIDE, depois de em vão o ter tentado dissuadir em Paris de se deslocar a Espanha ao encontro de pretensos militares portugueses da oposição. Admirei na altura a coragem com que aos 76 anos assumiu a liderança desse estranho e heteróclito partido que era o PSD, a quem, aliás, fazia imenso jeito, no contexto do PREC, ter à sua frente uma personalidade com um passado e um perfil como os dele.

Com o decorrer do tempo, fui sabendo mais e fui-o conhecendo melhor. Quando nos deixou recentemente, não pude deixar de ver na sua longa vida, até pelas últimas vontades que nos deu a conhecer, a encarnação das virtudes cívicas do republicanismo laico e dos valores éticos da maçonaria universal. Desde a sua participação na Revolução de Fevereiro de 1927 – a mais sangrenta de todas as revoluções contra a Ditadura – até à resistência em França e no exílio, ele foi bem o exemplo do *vir republicanus* que não vira a cara à luta e faz da coragem cívica, da honradez, do apego à liberdade de consciência e da prática da cidadania interventiva ao serviço do interesse público o cerne da sua vida. Quando repetidamente proclamava nos seus discursos de cidadão centenário que verdadeiramente só nascera no dia 25 de Abril de 1974, não podia testemunhar com mais força a sua plena identificação com os ideais da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade, que foram sempre a verdadeira marca genética da Ordem Maçónica desde o século XVIII. Por isso, não nos surpreendeu a sua vontade expressa de, concluídas as pompas fúnebres no Palácio Maçónico, o seu corpo ser presente nas instalações da Associação 25 de Abril, assim simbolizando mesmo na morte a íntima comunhão entre um corpo de princípios éticos e uma prática cívica.

Em tempos de abdicação cívica e de abastardamento de princípios como os que hoje vivemos, evocar a memória de Emídio Guerreiro é um incentivo ao bom combate para todos aqueles que não dobram a espinha e persistem em acreditar que só vale a pena viver de pé! ■

Emídio Guerreiro, quando presidente do PSD, com o então jovem António Rebelo de Sousa

Voto de pesar do Parlamento

A MORTE DO Professor Emídio Guerreiro representa o desaparecimento de um grande português, um grande democrata e um grande combatente pela Liberdade.

A luta pela Liberdade foi mesmo a grande causa da sua vida. Fê-lo em Portugal e no estrangeiro. Fê-lo antes e depois do 25 de Abril.

Sempre, com a mesma convicção lutou contra Franco, Hitler e Salazar.

Teve um papel importante na construção da Democracia portuguesa, assumindo o cargo de deputado à Assembleia Constituinte e o de secretário-geral do então PPD ao longo do denominado "Verão Quente", em 1975.

Não sendo hoje militante nem deputado social-democrata, o Grupo Parlamentar do PSD recorda o seu empenho nos valores da Liberdade, da construção da Democracia e da solidariedade no nosso país, particularmente no período em que exerceu estes cargos no PPD.

No momento da sua perda, a Assembleia da República associa-se à dor dos seus familiares e amigos e expressa a sua profunda homenagem à memória do Professor Emídio Guerreiro. ■

Palácio de S. Bento, 30 de Junho de 2005

Vasco Lourenço confraterniza com Emídio Guerreiro

O Presidente da República concedeu, em 1980, a Ordem da Liberdade a Emídio Guerreiro

Alegria e angústia

ANTÓNIO BROTAS

TIVE O PRIVILÉGIO de conhecer o Dr. Emídio Guerreiro durante perto de meio século.

Conheci-o no dia 31 de Janeiro de 1958, num jantar comemorativo em Paris da revolução do Porto, e depois encontrei-o sempre, até 1963, em todos os "31 de Janeiro" e "5 de Outubro" em que a emigração política, e nunca o governo, comemorou estas datas nacionais.

Houve, continuamente, uma actividade política da Oposição portuguesa em Paris, que nunca baixou os braços, e teve, como seu pólo principal, a casa do Dr. Guerreiro na Av. de Versailles, 135. Vou-me lembrar para sempre do seu número de telefone: MIR-28-51, donde tantas vezes me chamou, ás vezes às tantas da noite. Lembro-me de uma vez que lá foi, já perto da meia-noite, e encontrei um motorzinho de energia e actividade política que dava pelo nome de Manuel Serra, e que tinha vindo do Brasil preparar o que veio a ser o golpe de Beja.

Associados ao Dr. Guerreiro, recordo momentos de alegria e de angústia. Entre as imagens, há uma que não esquecerei: a do Dr. Guerreiro a entrar no avião, no Aeroporto de Argel, onde tinha ido ajudar à libertação dos portugueses que tinham sido presos pela polícia argelina, a levantar ao alto o ramo de flores que os portugueses lhe tinham oferecido. Nesse dia, houve mais portugueses no Aeroporto de Argel a despedirem-se do Dr. Guerreiro, do que argelinos a receberem o Presidente Ben Bella, que seria derrubado pouco depois.

Há um outro episódio que quero aqui contar. Foi já depois do 25 de Abril, num dia em que o acompanhei à Baixa de Lisboa. Vendiam-se, na altura, no passeio do Rossio, uns jornais de extrema-direita, tipo " Barricada", ou algo no género.

O Dr. Guerreiro olhou, e disse alto e bom som: "Gosto de ver estes jornais à venda."

Um dos vendedores acorreu logo solícito e perguntou: "Concorda com eles?"

Teve de imediato a resposta: "Não, acho um nojo, mas são a prova de que há Liberdade no meu País." ■

O INTELECTUAL HOJE

"Maître à Penser" ou elo de comunicação?

HÉLDER COSTA

MUITO SE DISCUTE nos dias de hoje sobre o papel do intelectual.

Como se sabe, quando se discute sobre a função de qualquer coisa – objecto, profissão, sentimentos – isso significa normalmente que essa coisa não existe ou deixou de ter especial relevância. Será o que se passa com o intelectual? Claro que também pode dar-se o caso de os centros de manipulação da opinião pública recearem a acção do intelectual e terem lançado campanhas de desprestígio contra essa classe/ /categoria de intervenção social.

E, afinal, o que se passa hoje com o intelectual? Continua na tradição iniciada com Zola no *affaire* Dreyfus através do texto "J'Accuse"? Assume-se como um interventor e paladino dos direitos cívicos? Combate tiranias e prepotências? Defende a educação, a instrução, a igualdade de direitos para todos? Ou transformou-se (ou voltou a ser) o elemento decorativo do Poder e o servidor do Príncipe? Também sabemos que sempre haverá essas duas categorias de intelectuais. O que parece surgir hoje é uma espécie de perplexidade sobre a verdadeira função e actuação do exercício da crítica. Procuramos o intelectual " Maître à penser", omnipotente, omnisciente e omnipresente, um género de Deus ou anjo laico? Perante a massificação do ensino baixamos o grau de exigência dos estudos e das matérias? Talvez, nos dias de hoje, seja necessário aprofundar e desenvolver uma espécie de 3.ª via: o intelectual não pode nem deve baixar o seu nível de conhecimentos e exigência, e, simultaneamente, deve estar atento à suprema responsabilidade de saber fazer passar as suas ideias e o seu método de trabalho.

Estas são as conclusões que retirei de um já longo trabalho com grupos de teatro e associações desde Portugal, emigrantes e exilados em França e noutros países da Europa, Moçambique, Galiza e outras terras de Espanha, Dinamarca, Brasil, etc.

O que parece surgir hoje é uma espécie de perplexidade sobre a verdadeira função e actuação do exercício da crítica. Procuramos o intelectual " Maître à penser", omnipotente, omnisciente e omnipresente, um género de Deus ou anjo laico?

Recordo a primeira experiência que me elucidou sobre este método: Teatro Operário de Paris, fim dos anos 60. Um milhão de portugueses, fugidos à fome, à Pide, à guerra colonial, e também alguns que, muito simplesmente, procuravam a liberdade de viver e de pensar.

A interrogação para os que já tinham actividade política em Portugal, e que tinham aceitado essa graciosa "bolsa de estudos" do Salazar, era o que fazer com essa enorme massa de emigrantes. Ao lado da actividade política partidária, era evidente que era necessário criar formas de Associativismo, de animação cultural e de apoio social e educacional.

Entre as iniciativas mais influentes contava-se a Liga Portuguesa para o Ensino, apoiada pela sua congénere Francesa, de espírito laico e republicano. Aí se desenvolveu um grupo de teatro, se criou um jornal, e também aí a acção se foi estiolando como consequência de guerras entre grupos políticos. As divergências eram várias entre os exilados. Falando de teatro, havia quem pensasse fazer peças que fossem autorizadas pela censura em Portugal (!); outros, apresentavam peças no centro de Paris, destinadas à intelectualidade portuguesa emigrada e aos seus amigos franceses; e até havia, uma escória (que eu me recuso a pôr ao mesmo nível destes "caminhos diferentes" com quem estou em desacordo), que tentava (e conseguia) obter patrocínios do consulado de Portugal para formar "um teatro para os Portugueses" – tentativa sempre falhada, tanta era a incompetência dos seus "empreendedores" e a impopularidade do projecto.

O começo do grupo. O minúsculo grupo que arrancou com a ideia do "Teatro Operário" tinha outros planos: era preciso levar o teatro, a música, a cultura, a arte, a agitação política, os jornais anti-fascistas, a alfabetização, a ajuda social, a quem mais precisava de tudo isso: as centenas de milhares de emigrantes que se empilhavam em bairros de lata e "foyers" miseráveis.

E 1970, com "Histórias para serem contadas", de Oswaldo Dragún, assinalou a nossa estreia. O trabalho era difícil? Era. Principalmente, porque era preciso vencer o medo dos emigrantes, e combater os provocadores que, desde a estreia do grupo apareciam com bandeirinhas portuguesas (como se vê, também tinham tendência para a teatralidade!), tentando expulsar os "agitadores que tinham terminado com o belo sossego daquele recanto". Nada feito. O público dava todo o apoio para nós refilarmos, e não perdíamos a ocasião... Resultado: no fim do espectáculo, havia debate e convidavam-se eventuais interessados em aderir ao trabalho de teatro. Uns, ficavam a organizar um grupo nesse local, e para isso, um dos elementos do " Teatro Operário" reservava umas noites por semana para dar o primeiro empurrão aos novos artistas. Outros, mais livres, aderiam ao "Teatro Operário" e passavam a fazer parte do grupo.

O público dava todo o apoio para nós refilarmos, e não perdíamos a ocasião... Resultado: no fim do espectáculo, havia debate e convidavam-se eventuais interessados em aderir ao trabalho de teatro

Em seis meses criaram-se dois grupos nos arredores, e o grupo passou de cinco para dezassete elementos. E, ao mesmo tempo, deram-se quarenta espectáculos.

Convém informar que toda esta gente não recebia nenhum subsídio da Secretaria de Estado da Cultura, nem de nenhum partido político nacional ou estrangeiro; os espectáculos eram gratuitos, e todas as despesas eram suportadas militantemente por cada elemento do grupo; convém também informar que isto não era nada de excepcional, dado que todos os elementos eram trabalhadores com salário garantido. (E os desempregados, que também havia, eram ajudados como calhava, pelo colectivo).

Lá diz o povo, "quem corre por gosto, não cansa". Mas isso já é outra conversa.

18 de Janeiro de 1934. Este foi o título do segundo espectáculo, já seguindo a linha da tentativa de criação colectiva. Porquê procurar a "criação colectiva"? Porque nenhum de nós tinha experiência suficiente para definir uma linha dramatúrgica ou estética, e fundamentalmente porque o trabalho no teatro tinha também objectivos pedagógicos (melhor dizendo, de politização, de tentativa de criar futuros militantes anti-fascistas). E foi assim que se escolheu estudar essa data do movimento revolucionário português, um acontecimento único: os operários da Marinha Grande, reagindo contra a fascização dos sindicatos ordenada por Salazar, prenderam a Guarda Republicana e o chefe dos Correios, e durante algumas horas implantaram o soviete da Marinha Grande!

A repressão foi implacável, e muitos terminaram os seus dias no Tarrafal. Como se depreende pelo tema e seu resultado, não poderia haver a glorificação cega da acção; mas era necessário, nesses tempos de absoluta passividade partidária e cívica, dar a conhecer marcos da luta popular para que as massas se mobilizassem e começassem a criar a consciência da necessidade da revolta. Mesmo que fossem derrotas. Começou - se pelo princípio: recolha dos documentos da época, tanto de militantes que tinham participado, como de textos oficiais do Governo, discursos de Salazar, etc. Seguiu-se a subdivisão do grupo em pequenas equipas, responsáveis pela escrita de cenas previamente discutidas e seleccionadas. E depois, os ensaios, onde tudo era rediscutido e posto em causa... até à gloriosa estreia em 1971, num centro de apoio ao bairro de lata de Nanterre (Paris).

Nessa altura, já começávamos a ter uma espécie de rede por onde circulávamos com as peças: *foyers*, casas de cultura, clubes portugueses (que ajudávamos a construir e que, em muitos casos, estavam ligados a igrejas católicas ou protestantes), sindicatos...

Com o 25 de Abril, esta peça teve ampla divulgação com várias montagens em meios universitários e associações populares, o que demonstra a verdade do que julgávamos importante: divulgar momentos da História que sempre tinham sido ocultados pelo fascismo.

O Soldado. Qual era o problema número um da nossa juventude, nessa época? Sem dúvida nenhuma, a Guerra Colonial. Centenas de milhares de famílias tinham fugido para a emigração para salvar os filhos da ida para a guerra, e contavam-se por milhares os refractários e desertores que procuravam asilo por toda a Europa. Era evidente que tínhamos de tocar esse tema, e foi o nosso trabalho seguinte. O sistema foi o mesmo – investigação, leitura atenta dos magníficos textos racistas de Kaúlza de Arriaga, consulta de documentação dos movimentos de libertação, particularmente da mensagem aos soldados portugueses de Samora ▶

O INTELECTUAL HOJE

"Maître à Penser" ou elo de comunicação?

Machel, texto do Manifesto dos Soldados Portugueses (apelando à deserção com armas), amplamente distribuído nos quartéis em Portugal e colónias, e testemunhos ao vivo dos que tinham tido as experiências de deserção ou de guerra.

Com esta peça deu-se mais um avanço na recusa do carácter propagandístico e na forma naturalista; fomos percebendo que o público popular era extremamente inteligente na percepção das contradições, e sensível e aberto à inovação estética. (Claro que não era por acaso que Rosa Ramalho e ceramistas do Norte cultivam o fantástico, que António Aleixo consegue infiltrar filosofia no pobre enquadramento da quadra, que a Arte Africana influenciou Picasso... que... que...)

E assim, com estas experiências bem práticas e bem vividas, fomos aprendendo a perceber a diferença entre o popular e o populismo, e a arriscar cada vez mais numa linha depurada de espectáculo, leve, sem maquinaria excessiva, investigando a metáfora popular, assente no humor e na sátira. "O Soldado", estreado no dia 25 de Dezembro de 1972 na Maison des Jeunes et de la Culture de Fresnes, teve uma carreira brilhante por toda a França e deslocações a Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Dinamarca e Suécia (onde as rádios e televisões assinalaram a nossa passagem com entrevistas e gravações). Com o " milagre de Abril", muitos voltaram para casa, para continuar a luta pela liberdade e pela democracia. Mas os que ficaram ainda montaram a peça que estava em ensaios desde 1973: "A terra a quem a trabalha!". Que raio este Teatro Operário! Parece que adivinhava as lutas que se iriam passar no nosso meio rural! Termino citando um excerto de um texto que escrevi para introdução de uma edição da Centelha sobre o "Teatro Operário": «(...) saber divertir e saber fazer rir, tem a ver com a procura de uma técnica emocional. Mas nós não queremos que o nosso público esteja perante os nossos espectáculos como se estivesse a ouvir anedotas. (...) excluídos o *slogan*

O que se passou com o Teatro? Baixou o público? Sim, é verdade. E baixou em relação a todas as formas de espectáculo, excepto concertos de rock e outras manifestações colectivas que sublimam pela massificação a necessidade social de encontrar e fazer ou refazer grupos

e o discurso, a lição professoral e enfadonha, a angústia, o pessimismo e o derrotismo, temos de saber comunicar de forma dialéctica e contraditória os dados, informações e emoções indispensáveis para que os cérebros e sensibilidades se abram ao que propomos (...). Como? Talvez seguindo uma opinião de Brecht: "Se o actor não quer ser nem um papagaio nem um macaco de imitação, precisa de assimilar os conhecimentos da sua época sobre a vida social participando na luta de classes.»

Aprofundando mais os problemas do meu predominante sector de trabalho, o Teatro, reflecti sobre a eterna questão da "Crise". Julgo que este debate é extensivo a qualquer ramo de actividade intelectual nos dias de hoje, e por isso passo a expor algumas reflexões sobre a nossa "Crise", e também sobre as nossas culpas com o actual estado de coisas.

A "crise" do Teatro. Na muito desde sempre falada "crise" do Teatro, esquece-se frequente-

mente que a CRISE, qualquer crise, é sempre um ponto de ruptura de uma falsa estabilidade. Crise pressupõe que se vai operar qualquer modificação no *status quo*. Crise é, portanto, fonte de movimento e nunca de estagnação. Claro que nestas coisas do Teatro como em qualquer situação da vida, há a posição passiva e a activa; ou seja, há os que reagem e ensaiam soluções, e há os que aceitam porque "afinal, a coisa não está tão mal", "enquanto o pau vai e vem, folgam as costas", e outras frases chamadas de prudência e bom senso que nos têm conduzido a muitos becos sem saída.

O que se passou com o Teatro? Baixou o público? Sim, é verdade. E baixou em relação a todas as formas de espectáculo, excepto concertos de rock e outras manifestações colectivas que sublimam pela massificação a necessidade social de encontrar e fazer ou refazer grupos. E o público também baixou por razões de ordem económica e porque prefere – precisamente porque a crise é mais geral, de valores, conceitos, de segurança, até de programação televisiva –, consumir tempo e dinheiro em restaurantes modestos ou de luxo, falando pela noite fora, rindo, divertindo-se e, evidentemente, discutindo a crise. Outro contributo muito importante para a crise é a política oficial de cultura (pelo menos, na Europa).

O teatro foi ficando asséptico, sem alma e sem cor, nos Teatros Nacionais e em algumas companhias transformadas em "templos" de produções caríssimas. O que implica, pelos temas e pelos preços, a exclusão de amplas camadas da população mais carenciada. Diz-se que é para prestigiar o teatro. Claro que é falso. Do que se trata é de transformá-lo num arremedo premonitório da decadência da ópera. Que também foi afastada da sua inicial vocação de espectáculo popular, convém não esquecer. E agora vem o problema mais grave. É que os criadores teatrais também contribuíram para o afastamento do público. Porque acreditaram nessa promoção do teatro para "elevados espíritos", ou porque recearam a campanha ideológica que combate as linhas do teatro popular em nome do "antimaniquefsmo". Que é, evidentemente, outra mistificação, porque não há nada mais maniquefsta do que o teatro do

O teatro foi ficando asséptico, sem alma e sem cor, nos Teatros Nacionais e em algumas companhias transformadas em "templos" de produções caríssimas. O que implica, pelos temas e pelos preços, a exclusão de amplas camadas da população mais carenciada

bom-senso e o habitual formalismo repetitivo e gratuito não tem a menor poética nem encanto estético. E muitos não perceberam que o teatro popular é precisamente o oposto do populismo rasca tão adorado – dir-se-ia paradoxalmente –, por essa gente de "alto nível". E então, o que aconteceu? Em nome de experimentalismos e de pós-modernismos brotam falsos vanguardismos. Substituem-se histórias por textos díspares e inconsequentes, surgiu o culto sórdido da incomunicabilidade em vez da relação afectiva com o espectador, ressurgiram o vedetismo caduco e o artista da torre de marfim. E como o público não tem nada a ver com isso, pratica a deserção das salas. Claro que perante este panorama apetece perguntar: quem tem medo do teatro?

Que pergunta ridícula, não é? Ter medo do teatro, de uma peça, de uns actores que nos preenchem momentos de ócio?! Que absurdo!... Mas... será que aqueles que têm medo de se verem retratados na praça pública gostam de teatro? E os que pensam que o teatro só serve para fazer agitação política? E os outros que lutam para que o teatro não tenha nada a ver com política? Como se isso fosse possível!!! E os que têm horror ao humor e ao cómico que é impiedoso a descarnar situações, personagens e comportamentos? E os que fogem da emoção e da lágrimas? E os que se recusam a pensar e a olhar para o seu mundo? E os que não se querem ver nas más companhias dos artistas? E os que julgam que os artistas não passam de marginais e falhados sociais? Gente infeliz, com certeza. Muita gente infeliz. Tudo isto, e se calhar falta alguma coisa, são factores de crise. Mas o pessimismo é o sentimento mais reaccionário do mundo e eu continuo a acreditar no valor transformador das crises.

Porque o teatro é uma corrente de felicidade e de afectividade contra o egoísmo e o medo. Luta por participar, comunicar, e por se entender entre si e os outros. Sabe que pode desbloquear insegurança, que consegue abrir sentimentos e que transforma o acto poético em acto de vida. Contra isso esbarram e são derrotados mil conceitos reaccionários: intrigas, invejas, discriminações sociais e económicas (sim, estou a pensar nos subsídios do Estado), a cobardia dos lacaios de "quem está a mandar", e a parolice dos admiradores incultos de vários modismos (estéticos, éticos, políticos). Quem não tem medo do teatro é quem ama a vida, quem aceita as suas contradições, e quem sabe que o mundo está em eterna transformação. Pessoalmente, continuo a ter um gosto e convicções profundas em relação aos méritos do humor, do riso e do absurdo por vezes violento e pouco cómico, na exposição e desmontagem dos mecanismos que nos cercam nesta, parece que *dolce vita*, que nos dizem que temos.

Regressando ao tema da minha comunicação, é evidente que a minha experiência de contactos com vários níveis de classes sociais me ensinou que a minha função seria útil e bastante agradável, se conseguisse assumir-me como um "elo de comunicação" e não como o Mestre senhorial e intocável. Porque fazia a troca de experiências, absorvia o saber do "Outro", descobria contradições, fazia a síntese com os meus conhecimentos e algo de novo e melhor surgia; e, curiosamente, também da parte do "Outro"(por vezes menos preparado intelectualmente), se operava esse esforço de encontro, de contradição e síntese. Ou seja, este método ajudava a desenvolver o acto de cidadania liberto de individualismo e projecto unipessoal, transformando-se num exercício colectivo, aberto, e por isso mesmo, fonte de novas acções de cidadania. ■

Recordar Abril

No Dia 25 de Abril de 1974
Era já de madrugada
Os Portugueses foram alertados
De que algo se passava
Deitaram-se acorrentados
Acordaram Libertados
II
Era um Sonho dos Portugueses
Há muito tempo desejado
Foi tentado muitas vezes
Mas sempre rejeitado
Até que surgiu a data Gloriosa
Antes Triste; depois Formosa
III
Trouxe então aos Portugueses
A Esperança quase perdida
Mas para a conquistar
Muitos pagaram com a vida
E quem colaborou neste Feito
Merece-nos todo o respeito
IV
Nas Guerras do Ultramar
Foram milhares a cair
E quem para os lá mandava
Passava a vida a sorrir
E mais sem nada fazer
Para tudo a bem (?) resolver
V
Tudo isto era escusado
Mas o Povo estava atormentado
E se acaso se manifestasse
Ainda era mal tratado
E o nossos jovens, longe e ausentes
Morreram! Vítimas inocentes
VI
Até que um grupo de Valentes
Se juntou; para com a Ditadura acabar
Prontos e sempre crentes
O regime fizeram derrubar
E com toda esta alegria
Estávamos na Democracia
VII
Fizeram e bem a Revolução
Não havia outras saídas
Para dar a Portugal a união
Arriscaram as próprias vidas
Por isso digo "obrigado Capitães"
Por terdes evitado as lágrimas de muitas mães
VIII
Portugal não passava da Fantasia
Por isso o Povo o pedia
Homens inspirados no Bem e nos Céus
Compareceram altivos e com galhardia
E não há dinheiro nem troféus
Capaz de lhes pagar a valentia
IX
Depois Portugal tem vivido
Muitas vezes ao deus-dará
Houve tanto tempo perdido
E a culpa de quem será?
Injustiça, Insegurança, Saúde e
Outras coisas mais; É demais
X
Por isso a Luta tem de continuar
A Democracia tem que se aperfeiçoar
As desigualdades e abismos
Entre classe (iguais) tem que acabar
E esse é o grande mal
Mas Viva o 25 de Abril e Viva Portugal

Fernando Esteves dos Reis

CRUZEIRO NA RÚSSIA

Venha connosco à Rússia em Junho (1ª Quinzena) de 2006 (12 dias/11 noites).

Vamos visitar Moscovo e São Petersburgo e o interior da Rússia.

A viagem já programada para ser efectuada entre 9 a 20 de Junho superou as nossas expectativas. Temos já quase três dezenas de inscrições a mais e a agência de viagens não consegue obter mais vagas. Assim, estamos a equacionar **realizar uma outra viagem adicional.**

O número de lugares será igualmente limitado.

Contacte a Associação 25Abril – Tel. 21 324 14 20 ou através de **a25a.sec@25abril.org.**

O sistema está falido

JOÃO REPOLHO

NOS MEUS ESCRITOS sem destino antecipado, mas que mantenho guardados, tenho estas duas páginas que dediquei ao momento actual da vida portuguesa e que envio a *O Referencial*, por considerar que pode constituir uma achega, entre muitas outras, à discussão da "crise" de fundo que parece nunca nos ter deixado respirar livremente.

Não sou um profundo conhecedor da matéria política. É talvez por isso que, de há uns tempos para cá (ou desde sempre?), reajo, nessa matéria, mais pelo sentimento, facto a que não será estranha a experiência acumulada ao longo dos anos, não sujeita a qualquer ambição de futuro usufruidor de regalias, antes tendo em vista a harmonia nacional (e eu confio totalmente no meu sentimento). Essa harmonia inclui tudo, mormente o que à justiça social diz respeito.

Dito isto, creio firmemente que os partidos políticos nos dividem em lugar de nos unirem, nos põem uns contra os outros: quando são governo, usam o poder em benefício da parte que "possuem"; quando são oposição, destroem quase sempre o que de bom o adversário político começava a construir, ou só a ideia ainda apenas esboçada. Aliás, a própria definição de "partido" parece dar razão a esta minha crença: *coisa que se partiu, parte dessa coisa; organização em torno de interesses políticos e sociais comuns, de ideais e objectivos semelhantes.* Daí a "tirar partido" de uma situação a que um partido se guindou, mesmo com o voto "democrático" livremente expresso (perdoe-se-me o pleonasmo) vai um salto muito pequeno: é difícil a um grupo assim organizado não o fazer – vejam-se os frequentes ataques, feitos ora por um ora por outro partido ao adversário, quando na oposição, a propósito dos *jobs for the boys*. É difícil resistir à tentação, e compreende-se até que esta se manifeste a todo o momento, beneficiando agora um correligionário e, logo em seguida e em semelhantes circunstâncias prejudicando-se o opositor, ou o não inscrito no partido, ou o não simpatizante. O povo, na sua sabedoria, reconhece tudo isto e não é mau que o saiba. Mau é que o aceita como um facto consumado, desde há muitas dezenas de anos: para ele é assim, e não há nada a fazer.

Daí que não acredite neste simulacro de democracia, que põe a reger-nos ora uma parte ora a outra, quando a lógica me diz que os governantes deviam ser os melhores, no momento, para cada função. Do governo de partido único nem vale a pena falar, por mais que os seus mentores se declarem imbuídos das melhores intenções: os exemplos são por demais conhecidos, de um a outro extremo ideológico. E de boas intenções está o inferno cheio, como diz o povo.

Por mais que se fale em novas fórmulas (terceira via, neoliberalismo, etc.), as tentativas para uma solução dentro do sistema vigente têm dado no que se vê: o descrédito dos políticos (andam pelas ruas da amargura na boca do povo, e até eles descrêem da classe a que pertencem), mal disfarçado, entre nós, pela reanimação que cada novo acto eleitoral parece insuflar na sociedade. No último, até se viu toda a gente a realçar o lado positivo de uma votação de dois terços do eleitorado... Qualquer dia, se metade dos eleitores se deslocar às urnas será uma grande vitória da democracia (quando as pessoas acreditam e sabem que podem mudar o seu destino, a votação é quase total, mesmo com imenso risco – veja-se o caso de Timor Lorosae).

Este descrédito generalizado na classe política será o seu coveiro. E será que há necessidade de uma "classe política" assim delineada?, isto é, que serve para a realização pessoal através dela? Ou os que, em determinado momento, fazem política, têm de vir, idealmente, da prática de uma actividade para a qual se

Para quando a emancipação da inteligência, o regresso a Platão? A razão está nele: numa sociedade onde todas as coisas se avaliam pelo dinheiro, nunca poderá haver justiça nem prosperidade social.

prepararam, e que lhes deu, ela sim, uma capacidade de gestão pela qual se destacaram? Em suma: ser "político" é sinónimo, como na maior parte dos casos de hoje, de "não saber fazer mais nada"?

Prevejo que a sociedade irá descobrir um outro sistema político – as ideologias terão cumprido o seu papel mas já não parecem necessárias (e será que uma delas apenas, poderá realizar todas as aspirações do homem integral, do homem com direitos iguais aos outros homens? Para além de produzir, não teremos nós também de saber distribuir?). A meu ver a sua acção – a acção das ideologias – ultimamente, pode mesmo ser considerada perniciosa. As circunstâncias são de tal ordem que até do seio dos próprios partidos diversas vozes (as mais avisadas?) têm vindo a reivindicar um conceito mais humano de exercer o poder – por palavras, claro, só por palavras – e a exigência moral da colocação dos bens comuns ao serviço dos indivíduos, em todos os domínios, e não ao serviço de grupos organizados, sejam eles financeiros, farmacêuticos, o que for. Estes, vão estrebuchando. Os partidos vêem-se na necessidade de ir atrás das reivindicações dos eleitores, embora depois possa continuar tudo na mesma. Afinal, não é o poder económico-financeiro que continua a comandar a organização das sociedades? Para quando a emancipação da inteligência, o regresso a Platão? A razão está nele: numa sociedade onde todas as coisas se avaliam pelo dinheiro, nunca poderá haver justiça nem prosperidade social.

O poeta Antonio Machado (1875/1939) traduz isso muito bem: "*Dizem que a ave divina/mudada em pobre galinha/por efeito das tesouras/daquele sábio professor/(foi Kant um tosquiador/dessas aves altaneiras;/a sua filosofia/desporto de falcoaria),/dizem que quer saltar/sobre os muros da prisão/e voar/outra vez, até Platão./Hurra! Seja!/Feliz será quem o veja!*" *(Provérbios e Cantares).*

Mas o tempo parece jogar cada vez mais contra este estado de coisas e nem tudo poderá continuar como está: as organizações não governamenta(is)lizadas têm-se vindo a afirmar um pouco por todo o mundo, anunciando soluções a que o povo adere com facilidade.

Gostaria de ver implantado um sistema "inteiro", que aproveitasse os melhores elementos da sociedade para o desempenho das funções mais indicadas às capacidades de cada um, alheio a interesses individuais ou de grupos restritos de cidadãos, governando tendo em vista a protecção dos mais necessitados. Em suma: sendo ditador para os que infringem as leis estabelecidas e democrata para os que as cumprem – reformuladas as actuais e montando-se um sistema judicial definitivamente eficaz. O governo, dando o exemplo (como dele se espera), seria o primeiro a cumpri-las; o que, actualmente, nem sempre sucede.

Um ideal inatingível? Uma utopia? Talvez. Só depende de nós. ■

P.S.: O secretário-geral do partido que ganhou as últimas eleições (o PS), haja ou não pagamento de favores a um ou outro elemento do seu governo, parece ter querido fugir à lógica do "grupinho", do chefe ou do partido, e ter enveredado por uma maior abrangência ideológica no que respeita à formação do seu governo, podendo deduzir-se ter colocado o interesse colectivo acima do interesse partidário. Dir-me-ão que a hora assim o exige. Há quanto tempo não o exigia já?
Não sei quantas mais dezenas ou centenas de anos o sistema actual permanecerá, com as suas deficiências, hesitações, avanços, recuos. Certamente ainda vai estrebuchar mais algum tempo. Mas, definitivamente, não acredito nele. Basta ter os olhos abertos e ver como crescem as injustiças, as desigualdades e a fome.

O Mistério da Camioneta Fa

HÉLDER COSTA

A BARRACA volta a debruçar-se sobre um tema da História de Portugal. Desta vez, da nossa História recente: os crimes da "Noite Sangrenta".

O enquadramento histórico

1. No dia 19 de Outubro de 1921, desabou sobre Portugal uma horrível tragédia desmistificadora dos nossos tão celebrados brandos costumes.

Sendo Presidente António José de Almeida, o governo presidido por António Granjo tinha virado contra si a opinião pública, principalmente das massas trabalhadoras. Este sentimento de insatisfação era sistematicamente acirrado pela oposição monárquica e integrista através de vários órgãos de imprensa de que é essencial destacar *A Voz*, e a *Imprensa da Manhã*, propriedade de Alfredo da Silva, antigo deputado da ditadura de João Franco, industrial do Barreiro, e que se referia ao jornal como sendo "a sua amante mais cara".

2. Foi por isso, com naturalidade, que os rumores de revoltas militares se concretizaram na manhã do 19 de Outubro, num *putsh* dirigido por Manuel Maria Coelho, antigo herói do 31 de Janeiro de 1891, primeira revolta Republicana, na cidade do Porto.

E foi ainda mais natural que o Presidente tenha acedido às exigências dos revolucionários, demitindo o governo e entregando-o aos revoltosos. António Granjo encarou também com naturalidade a sua demissão, retirando-se tranquilamente para casa.

Ao fim da manhã o golpe estava consumado e nem se tinha disparado um tiro.

3. Parecia chegado ao fim um período particularmente agitado da jovem República portuguesa.

Na verdade, o 5 de Outubro de 1910 não tinha significado a pacificação da sociedade portuguesa. Seguiram-se lutas e greves operárias e camponesas, golpes e invasões monárquicas, cisões no bloco republicano, sabiamente aproveitadas pelas forças mais reaccionárias, a ditadura de Pimenta de Castro recheada de revanchismo monárquico absolutista, a Grande Guerra de 14/18, a ditadura de Sidónio Pais e seu assassinato em Dezembro de 1918, e mais pequenos golpes e intrigas.

Tudo isto convenientemente acompanhado por crise económica, bancarrota, corrupção, nepotismo e alienação progressiva da independência económica e financeira.

Parecia chegado o momento da pacificação, dado o prestígio ético e militar dos chefes da revolta.

Mas os Deuses tinham outros projectos.

O dezanove de Outubro

1. E, de repente, outra estória deu a volta à História.

Um grupo de marinheiros começou a percorrer a pacata e tranquila Lisboa com uma camioneta. A tradição anarquista e republicana da marinha permite-nos visualizar um grupo eufórico, gritando morras aos exploradores, talvez agitando bandeiras, e possivelmente com um pouco de álcool a mais. Nada de estranho, porque a revolução é uma festa e está longe dos cerimoniais académicos e professorais. É até de supor que tenham sido apoiados e vitoriados no seu épico percurso de triunfadores.

2. Para onde foram esses marinheiros, ao cair da noite?

Continuar a revolução, que tinha possivelmente ficado em aguas mornas para os seus gostos?

São interrogações legítimas que permitem compreender o apoio ou a passividade com que o povo de Lisboa assistiu ao percurso dessa camioneta.

A primeira paragem foi na casa de António Granjo, na rua João Crisóstomo. Os gritos de vingança e de linchamento faziam-se ouvir e o primeiro-ministro deposto procurou refúgio, pelas traseiras, em casa do seu adversário político e vizinho, Cunha Leal, que vivia na avenida Miguel Bombarda.

Uma porteira, que teria ido buscar cebola e hortaliça à sua rica hortinha, avisou os marinheiros da fuga de António Granjo pelos quintais.

ntasma

O cerco continuou à porta de Cunha Leal, e depois de telefonemas e insistências várias, a teimosia deu resultado, pois foram os dois para o Arsenal

À entrada quiseram matar António Granjo, Cunha Leal opôs-se, foi ferido com um tiro no pescoço, António Granjo fugiu, foi encurralado numa escada, abatido.com dezenas de tiros e trespassado pela espada de um "corajoso" corneteiro da Guarda republicana.

O sangue esprirrou à altura de metro e meio, e assim se silenciou para sempre um dos mais corajosos combatentes de Trás-os-Montes contra a invasão de Paiva Couceiro.

3. Os "bravos marinheiros" tinham começado a fazer justiça.

Chefiados por Abel Olímpio, cabo, conhecido por "Dente de Ouro", retomam o percurso da vingança.

O próximo alvo chamava-se José Carlos da Maia, oficial de Marinha que tinha tomado o cruzador *D. Carlos* no 5 de Outubro e alvejado o palácio real, antigo ministro de Sidónio Pais em 1917 e 1918, e de José Relvas em 1919.

Com informações de antigas vizinhas, chegam à sua nova residência na rua dos Açores.

São 11 horas da noite, e o casal, depois de beijar o filho de poucos meses, é assustado com fortes pancadas na porta.

Apesar dos esforços de Berta Maia, é arrastado e será assassinado à entrada do Arsenal.

Mas a "noite sangrenta", nome por que ficaram conhecidas essas terríveis horas, tinha mais mortes a executar.

Seguiram-se Freitas da Silva, capitão de fragata, ex-chefe de gabinete do ministro da Marinha do Governo cessante de António Granjo, e o coronel de Cavalaria Botelho de Vasconcelos.

Os crimes continuavam, mas para os assassinos ainda faltava a chave de ouro.

4. São duas horas da madrugada, e a camioneta fantasma arranca do n.º 14 da rua José Estêvão, no bairro da Estefânia, depois de arrancar Machado Santos, o herói da Rotunda, do sossego do lar.

No largo do Intendente, param a camioneta e fuzilam-no, sem dó nem piedade.

No mistério dessa noite surge um nebuloso empresário teatral, Augusto Gomes, que cede o seu táxi para que se leve o corpo à morgue.

Estes são os dados essenciais do que se passou no tristemente célebre 19 de Outubro.

O mistério e as dúvidas

Tanta barbárie, levantou suspeitas.

Claro que a imprensa reaccionária e monárquica imputava os crimes à Republica, à desordem, e à falta de autoridade e anarquia do Governo.

Mas... a quem interessavam esses crimes?

Era possível que os marinheiros tivessem actuado em plena impunidade e a seu belo prazer?

Foram estas dúvidas que persistiram na mente dos familiares das vítimas e na convicção da opinião pública.

A 1 de Junho de 1923, o Tribunal Militar Extraordinário de Santa Clara condena o bando assassino a pesadas penas e iliba os oficiais revolucionários.

Mas as dúvidas continuam, e Rocha Martins publica as grandes questões:

– Quem preparou a aura do terror?

– Trabalharam por sua conta estes carrascos?

– Saiu das sua cabeças essa ideia terrível de assassinar gente honrada e deixar com vida tantos miseráveis?

Berta Maia

A viúva de Carlos da Maia desenvolve uma actividade incessante tentando desvendar o mistério dos mandantes desse massacre.

A insistência com o "Dente de Ouro" acabou por dar resultado. Ele acabou por confessar a ligação com o padre Lima, o dinheiro que iam receber ao jornal *A Voz*, e que o plano da conspiração monárquica consistia muito simplesmente em "infiltrar um movimento revolucionário, e depois empalmá-lo".

Táctica, como se sabe, de ampla e profícua aplicação histórica.

Confissão adquirida, nomes denunciados, e a justiça parou.

Entretanto, tinha-se dado o 28 de Maio, o tal "movimento purificador", e para uma paz tranquila não há como calar assuntos incómodos.

A peça "O mistério da camioneta fantasma"

O trabalho dramatúrgico consistiu em desenhar o enquadramento do 19 de Outubro, focando a oposição monárquica, a conspiração dos exilados e o seu apoio por parte do Rei de Espanha, a acção determinante – no terreno e na confissão do "Dente de Ouro" –, dessa figura sinistra, o empresário teatral Augusto Gomes, e a incapacidade ou total impossibilidade de os republicanos terem conseguido a total clarificação deste "mistério" perante a opinião pública.

Será talvez essa a razão de se continuar a intitular de "mistério" um golpe reaccionário suficientemente clarificado nos seus propósitos e objectivos.

E se todos esses dados ainda são considerados insuficientes, pois que se faça luz definitiva sobre um dos mais bárbaros e repugnantes acontecimentos que manchou a vida política nacional.

A História e o futuro vivem de saber ler o passado.

Não será despiciendo saber toda a verdade sobre os crimes que se abateram sobre os dirigentes do 5 de Outubro, onze anos depois de terem conquistado a liberdade para o povo português. ■

Sampaio vai homenagear tarrafalistas

EM CIMA DO FECHO desta edição de *O Referencial* tomámos conhecimento da decisão do Presidente da República de prestar homenagem aos mortos do Tarrafal. Cerimónia que se anuncia cheia de significado simbólico.

Sem prejuízo do relevo que daremos ao acontecimento no próximo número, desejamos salientar desde já o alto significado desta iniciativa do Presidente da República.

No magistério da suas funções, Jorge Sampaio deseja certamente mostrar aos Portugueses das novas gerações que, outrora nesta terra que é a nossa, houve um tempo negro em que se cultivava a censura à Imprensa, não se permitia a opinião livre, semeava-se o terror e mantinham-se prisões a abarrotar de cidadãos livres.

Uma dessas prisões, de onde muito dificilmente se saía com vida, tinha um nome: Tarrafal, também conhecida como «campo da morte lenta».

Muitos opositores ao regime de Salazar e de Caetano sofreram na carne o preço da ousadia de erguerem a espinha contra os ditadores e de desafiarem o regime tirano e opressor. Não se pense, porém, que os «internados» no campo do Tarrafal eram apenas oriundos do que então se designava a Metrópole (Portugal na Europa). Não. Enviados para a Ilha de Santiago (Cabo Verde) os Portugueses desterrados por delito de opinião encontravam, na prisão do Tarrafal, nacionalistas angolanos, moçambicanos e cabo-verdianos que nas suas terras lutavam conta o colonialismo e pela independência das suas pátrias.

Inaugurado em Outubro de 1936, «o campo da morte lenta» recebia homens livres que rapidamente percebiam que a evasão era praticamente impossível. Localizado na ponta da ilha, a noroeste, na freguesia do mesmo nome, o campo do Tarrafal era uma prisão fortificada com muros altos e rodeada pelo Atlântico. Para o Tarrafal sabia-se que se ia. Dificilmente se poderia imaginar quando se sairia. Muitos morreram antes de terminarem as penas, outros viram as penas prolongadas por tempos intermináveis à mercê do livre arbítrio dos torcionários que os mantinham presos.

Para os presos do Tarrafal, a doença – sobretudo o escorbuto – era a pior ameaça. Mais até do que as torturas e sevícias a que os esbirros da PIDE os sujeitavam. Da tortura da estátua e da cela solitária sabiam que haveriam de sair com vida. O mesmo pensavam quando sujeitos à tortura da tristemente célebre frigideira, expostos à imensa torreira do sol, num espaço exterior ao conjunto edificado da prisão. Com estoicismo pessoal e a solidariedade dos camaradas suportaram toda a ignomínia. Até 25 Abril de 1974.

É o exemplo destes homens que o Presidente da República quer homenagear para recordar que um povo que não respeita a sua memória não tem futuro. ■

Convites feitos à A25A

Director do Instituto Português de Museus e a directora do Museu do Traje, inauguração da Exposição «Via Profana – cinco sentidos» de José Coelho, 15-10-2005; Galeria de Arte Capitel, exposição de pintura de Gregório Pereira, 8-10-2005; exposição de pintura de Maria Alcina , 10-09-2005; Teatro Municipal de Almada – estreia da peça «O casamento da Condessa» de Júlio Dinis, 06-10-2005; Montepio Geral – concerto pela Orquestra Metropolitana de Lisboa, 04-10-2005; Teatro experimental do Porto – estreia das peças «A Excepção e a Regra» de Bertold Brecht e «Piquenique no Campo de Batalha» de Fernando Arrabal, 22-10-2005; Hospital Júlio de Matos – debate «António Luiz, Médico do Séc. XVI e o Hospital Real de Todos os Santos» 14-06-2005; Editorial Caminho – Lançamento do livro «Aquela noite de Natal» de José Casanova, 27-09-2005; Lançamento da obra «Mulheres e Cidadania: Alguns Perfis e Acção Política» de Maria José Maurício, 29-06-2005; Lançamento do livro «Sete Teses sobre o aborto» de Miguel Oliveira da Silva, 25-10-2005; Escola Profissional de Coruche – Cerimónia de entrega de diplomas, 29-09-2005; Esquerda Unitária Europeias/Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu e o PCP – Debate «A Importância do Não Tratado Constitucional, Perspectivas Futuras» 23-09-2005; Quadrante Mágico/Junta de Freguesia do Samouco/Comissão de Festas do Samouco – Inauguração da X SAMARTE – exposição anual de Artes Plásticas do Samouco, 08-07-2005; a presidente da Câmara Municipal de Almada, inauguração do Teatro Municipal de Almada, 17-07-2005; Inauguração do Memorial ao Poder Local Democrático, 23-07-2005; 10.ª Edição da Festa Amarela, 19-06-2005; assistir aos actos de apresentação do Festival de Almada 2005 e inauguração da exposição de Ana Vidigal, 16-06-2005; cerimónia solene de entrega da Medalha de Ouro da Cidade de Almada, a título póstumo, ao Capitão Salgueiro Maia, 28-06-2005; Associação de Oficias das Forças Armadas – tomada de posse dos Órgãos Sociais, 14-07-2005; a Fundação Cuidar O Futuro/Livros Horizonte – Lançamento do livro «Palavras dadas» de Maria de Lourdes Pintasasilgo, 14-07-2005; Galeria de Arte do Casino Estoril – Inauguração da exposição «XXVI Salão Internacional de pintura naïf e cerimónia de entrega de prémios», 30-07-2005; Junta de Freguesia de Santo Antão do Tojal – apresentação do livro «Correntes da vida» de Abílio Pequeno, 15-09-2005; Instituto Franco-Portugais/ /Goethe Institut Lissabon e Fundação Friedrich Ebert – Lançamento do livro «Caminhos para a integração» 27-09-2005; Fundação Friedrich Ebert – Conferência Internacional « Relação entre a Europa e os EUA - o que temos em comum? O que nos separa?», 14-10-2005; Reitoria da Universidade de Lisboa e o Coro de Câmara da Universidade de Lisboa, estreia da obra «Missa Brevis em Memória de Aristides de Sousa Mendes» de Sérgio Azevedo, 02-10-2005; Reitor da Universidade de Lisboa e a Embaixada do Japão em Portugal, conferência «Japan in Today's World» 22-09-2005: Instituto Franco-Português/Câmara Municipal de Lisboa e a EGEAC, sessão de abertura da 6ª Festa do Cinema Francês, 06-10-2005; Embaixada da Roménia em Portugal/Galeria de Arte do Casino Estoril – inauguração da exposição «Mulheres de Portugal» de D. Anghel, 22-09-2005; Câmara Municipal de Grândola – inauguração da Exposição de pintura «Universos Pessoais» de Teresa Freitas, 17-09-2005; Associação dos Amigos do Arquivo Diplomático do MME – palestra «Olhares cruzados luso-suíços 1890-1930» 20-09-2005; palestra «As duas missões em Portugal de Armand Du Chayla embaixador de França (1989-1979)» por António Coimbra Martins 28-06-2005; Associação dos Amigos do Arquivo Diplomático do MME e a Embaixada da Suíça em Lisboa – lançamento do livro «Suisse-Portugal: regards croisés, 1890-1930» de Reto Monico, 20-09-2005; Teatro D. Luís Filipe – abertura da temporada do Teatro da Luz, 06-10-2005; Câmara Municipal de Cascais – apresentação do livro «De Cae Água a São Pedro do Estoril», 10-09-2005; A Sete Caminhos – Apresentação do livro « Contas à Vida – História do tempo que passa» de Viriato Teles; 29-09-2005; Fundação Friedrich Ebert – Lançamento do livro «Caminhos para a integração», 27-09-2005; Director do Instituto da Defesa Nacional – Mesa redonda «A Independência de Cabo Verde, 30 anos depois» 07-07-2005; palestra sobre «Situação Política na Europa» com o Gen. Câmara Pina, 23-06-2005; Instituto da Defesa Nacional e as Edições Cosmos, lançamento do livro «As armas das Vítimas - um novo prisma sobre o Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados» de Francisco da Silva Leandro, 1-06-2005; Jorge Pessoa, RDP Africa e a Casa de Angola – Lançamento do livro «Angola a Obsessão», 21-06-2005; Galeria 9arte – inauguração da exposição de pintura «Jardim de Infância» de Margarida da Cunha Belém, 27-06-2005; Conselho Português para a Paz e Cooperação – conferência «60º Aniversário do Fim da Segunda Guerra Mundial – actualidades e perspectivas», 31-05-2005; A plenitude - Recital de poesia, piano com Joaquim ribeiro e exposição de pintura de José Pedro, 04-06-2005; Câmara Municipal de Oeiras, recepção do «Dia do Município», 07-06-2005; Homenagem aos Militares do Concelho de Oeiras, mortos na Guerra Colonial, 20-06-2005; Câmara Municipal de Óbidos e o Escultor José Aurélio; inauguração da Galeria Nova Ogiva, 05-08-2005; Teatro da Cornucópia – estreia do espectáculo «Sangue no pescoço do gato» 15-09-2005; Casa de Santa Rita - Inauguração da exposição de Raul Rodrigues, 17-09-2005; Junta de Freguesia do Laranjeiro e a Alma Alentejana – Colóquio «A vida e obra de Maria Rosa Colaço», 08-07-2005; Presidente da Câmara Municipal de Silves e o Presidente da Estrutura de Missão da Faro, Capital da Cultura 2005 – Inauguração da exposição «Máscaras» de Mabi Binebine, 27-07-2005; Casa da América Latina e a Câmara Municipal de Lisboa – Mostra de cinema, mês de Setembro 2005; Instituto das Comunidades Educativas – lançamento do livro «Inovação, Cidadania e Desenvolvimento Local», 29-06-2005; Câmara Municipal de Castelo de Vide - inauguração de um busto de Salgueiro Maia da autoria do escultor Santos Lopes, 01-07-2005; Associação Escadote Cultural – inauguração exposição de Rui Carruço, 18-07-2005; Fundação Joaquim Nabuco – Seminário Joaquim Nabuco, Embaixador do Brasil: 1905-2005, 18-08-2005; Fundação Mário Soares, Colóquio Internacional «Rússia e Portugal no Contexto Europeu», 6 e 7/07/2005. ■

Ofertas feitas à A25A

Livros e nove medalhas comemorativas do 25 de Abril, oferta de Abílio Berlinda; livro «A Revolução que se pressente – 30.º Aniversário», oferta do associado Mário Tomé; «Memórias da Guerra Colonial», n.º 1 e n.º 2, oferta do associado Cruz Oliveira; Don Quixote de la Mancha, oferta da Embaixada da Venezuela em Portugal; livro «Largo da Memória»; oferta do Associado Homero Serpa. ■

Associados falecidos

No último trimestre registámos o falecimento dos seguintes associados: Carlos José dos Santos Cardos (sócio fundador n.º 495) Carlos Alberto Blasco Gonçalves (Sócio fundador n.º 760); José Francisco Tobias (sócio efectivo n.º 1985), Agostinho de Matos (Sócio efectivo n.º 2376); Maria Otília Pais da Silva Bonita (apoiante n.º 2301) e João de Brito Vargas (apoiante n.º 763).

Às famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências. ■

Vamos aprender Bridge! (68)

LUÍS GALVÃO

DEDICÁMOS os últimos artigos à análise duma série de manobras técnicas de carteio, primeiro em ST e, depois, em contratos trunfados. Essas manobras baseavam-se no aproveitamento das figuras ou honras, na exploração do apuramento dos naipes compridos ou, ainda, na utilização do poder de corte, como fontes principais da produção de vasas.

Não são, no entanto, estas as únicas formas que o carteador dispõe para aumentar o seu pecúlio em número de vasas possíveis.

Existe uma técnica, utilizada tanto no carteio em ST como em trunfado que, à margem das manobras clássicas, consegue, em situações particulares, a obtenção, pelo carteador, da vasa que falta para o cumprimento do contrato ou para a realização da almejada "vasa-a-mais" que, em torneio de pares, tão boas pontuações permite obter.

A manobra a que nos referimos é conhecida, em todo o mundo bridgístico, como SQUEEZE e constituirá o tema base do próximo conjunto de artigos, justificando, por si só, uma secção específica.

1 – O CARTEIO

1.4 – O SQUEEZE

1.4.1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

SQUEEZE é um termo inglês que significa "compressão, aperto, esmagamento, apuro ou situação difícil". Qualquer destes significados, em português, traduz o sentimento infligido ao ADV a quem foi aplicada a manobra em apreço, para além da frustração decorrente da impotência sentida perante a "armadilha" que lhe foi montada.

O SQUEEZE é muitas vezes referido como uma técnica só acessível a um reduzido grupo de "experts", apesar de ser o mais espectacular dos golpes de final de carteio. A dificuldade subjacente à aplicação do SQUEEZE é uma noção erroneamente posta a circular, sendo a sua execução, como irão ver, muito mais fácil de pôr em prática do que muitos golpes de eliminação, de jogadas com trunfo, de colocação em mão ou de problemas de comunicação ou de bloqueio que, frequentemente, se colocam à mesa de jogo.

Mas, afinal, em que consiste esse famoso SQUEEZE?

Esclareçamos que se trata de uma manobra de carteio que tanto pode ser utilizada em ST como em trunfado e que permite ao carteador "ganhar" uma vasa ao ADV (só em situações *raríssimas* duas vasas) desde que determinadas cartas chave se encontrem na posse do mesmo ADV:

Para que um SQUEEZE possa ser aplicado com êxito é condição necessária que o carteador crie uma situação em que, naturalmente, realiza *todas as vasas menos uma*, com as cartas existentes no final do carteio.

Vejamos em exemplo que ilustra, na evidência, em que consiste o SQUEEZE:

	♠AV ♥R ♦ ♣	
♠RD ♥ ♦ ♣	N W E S	
	♠3 ♥10 ♦ ♣5	

Na situação apresentada, o carteador (S) tem o 5♣ apurado e o jogador em E não tem qualquer influência na jogada por deter cartas não significativas.

Montado o cenário importa agora, a 3 vasas do fim, interrogar sobre quantas vasas garantidas ou firmes dispõe o carteador. É óbvio que a resposta será duas, correspondentes ao 5♣, já apurado do antecedente e ao A♣.

Mas vejamos o que acontece se o carteador jogar (bater) primeiro o 5♣. O jogador em W vê-se obrigado, por incómodo aperto, a baldar uma das ♠ ou o A♥. Qualquer que seja a decisão, bastará que o carteador esteja atento à balda, posteriormente, no morto o naipe diferente do baldado pelo ADV, garantindo a balda espectacularmente não 2 mas sim as 3 vasas finais.

Na situação e jogada apresentada está sintetizada a técnica do SQUEEZE que consiste em criar uma posição em que o carteador disponha de todas as vasas menos uma e em que determinadas cartas chave estejam na posse de *um único* dos ADV.

À técnica que permite atingir essa posição final, "ajustando" o número de vasas a essa condição absolutamente necessária denomina-se como AJUSTE. Quando ao carteador lhe falta uma vasa para cumprir o contrato e não encontra outra forma de o conseguir que não seja pelo auxílio do SQUEEZE, a sua primeira preocupação será a de efectuar o AJUSTE, cedendo as vasas necessárias para que crie uma situação de poder "fazer" todas menos uma, montando, assim, a situação indispensável para a aplicação do milagroso SQUEEZE.

Se repararmos com atenção na situação que apresentámos como exemplo verificamos que cada carta existente na linha N/S desempenha o seu papel específico, com protagonismo próprio.

Senão vejamos:

– O 5 ♣, carta apurada previamente, desencadeou, quando foi jogada, a fase final da manobra técnica denominada SQUEEZE. Por tal facto podemos e devemos chamá-la de SQEEZANTE, denominação que é utilizada para designar a carta que despoleta a "reacção em cadeia" de que resulta o ganho de uma vasa;

– O 3™ permitiu, depois de jogado o 5 ♣, o acesso, ou melhor, a comunicação com o morto, facultando a execução das vasas disponíveis em N. Sem a existência dessa possibilidade de comunicação o SQUEEZE não seria levado a cabo. O 3♠ tem um papel, também, de protagonista e a personagem que interpreta denomina-se COMUNICANTE.

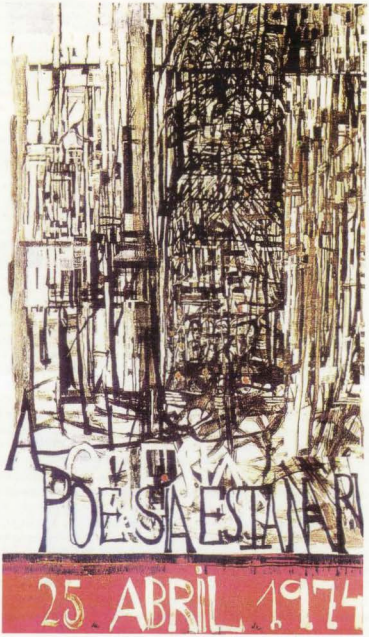
– O V♠ e o R♥ em N, constituem verdadeiras AMEAÇAS ao jogo de W, não permitindo que este jogador possa "baldar", sobre a jogada da SQUEEZANTE (3™), sem que "ofereça" de não beijada uma vasa ao carteador. Sem a existência, no cenário criado, dessas personagens o SQUEEZE também não seria materializável e foi a denominação de AMEAÇAS a designação que lhes foi atribuída e pelo que são conhecidos esses tipos de protagonistas dos "dramas" de todos os SQUEEZES,

Tanto o V♠ como o R♥ (no exemplo) são, ambos, AMEAÇAS mas ao V♠, por acompanhar o A♠ que permite o acesso/comunicação com o morto, é particularizada a denominação de AMEAÇA COMUNICANTE, para se diferenciar do R♥ que é, apenas, uma AMEAÇA que não garante a comunicação de S com jogo de N.

Não pretendemos mais do que sensibilizar os leitores para o que é um SQUEEZE, de como é importante efectuar, previamente, o AJUSTE e de quais são os protagonistas em cena: a SQUEEZANTE, as AMEAÇAS e a COMUNICANTE.

Nos próximos artigos serão apresentadas e analisadas as principais posições de SQUEEZE que, sem a dificuldade geralmente propalada, permitirão a obtenção, como derradeira hipótese, da vasa que vos faltava para o cumprimento do contrato ou da almejada vasa-a-mais que fará a notória diferença na classificação dos torneios de pares.

Até ao próximo número. ■


POESÍA ESTANCA
25 ABRIL 1974